

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 26 DE MARÇO DE 2009

NÚMERO 6.010

**16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA**

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Junior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Junior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Darci de Matos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Pedro Uczai - Presidente
Cesar Souza Junior
Serafim Venzon
Elizeu Mattos
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2010
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 017ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 18/03/2009.....2
Ata da 006ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 18/03/2009 12
Ata da 007ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 18/03/2009 13

Atos da Mesa

Atos da Mesa..... 17

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria..... 18
Atas das Comissões Permanentes
..... 19
Aviso de Licitação..... 20
Ofícios 20
Portarias..... 20
Projeto de Emenda Constitucional
..... 21
Projetos de Lei..... 22
Projetos de Lei Complementar ..25

PLENÁRIO

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Tilton - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra a indicação, pela bancada do PMDB, do nome do deputado Herneus de Nadal para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; aborda o trabalho da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joinville; refere-se à Agrofest, em Canoinhas; registra o repasse de recursos para hospitais de Mafra, de Canoinhas e de Porto União pelo governo do estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Refere-se à Festa Estadual da Ovelha, em Campo Alegre; rebate críticas do deputado Elizeu Mattos ao ex-

governador Esperidião Amin; aborda a redução de carga tributária para algumas empresas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Tece críticas ao governador do estado.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra o aniversário de 75 anos do município de Gaspar; reporta-se ao projeto de federalização da Furb; registra sua presença em audiência no bairro Braço do Baú, em Ilhota.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Registra que a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar está concorrendo a prêmio da ONU.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Imarui.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do jornalista João Messe.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta que o deputado Sargento Amauri Soares está sendo processado pelo comando da Polícia Militar.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Aborda o processo movido pelo comando da Polícia Militar contra o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares pelo processo movido contra ele pelo comando da Polícia Militar.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Refere-se à fusão da Sadia e da Perdigoão; comenta a crise no agronegócio.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda a premiação de Marcello Petrelli com o prêmio Personalidade de Vendas - ADVB.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Parabeniza Marcello Petrelli pelo prêmio Personalidade de Vendas - ADVB.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Clayton Luiz Batschauer, de Itajaí.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Reporta-se ao PL n. 0008/2009, que cria o Conselho Estadual de Combate à Pirataria e Defesa da Ética Comercial; aborda os investimentos da Celesc no estado; comenta a transferência da vinculação do escritório da Celesc de Lauro Müller para a região de Criciúma.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se ao volume de investimentos da Celesc no estado.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Aborda o projeto do Código Ambiental.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Faz convite para o 5º Encontro dos Motociclistas; elogia a administração do prefeito de Presidente Getúlio; parabeniza Moacir Pereira pelo artigo Os Prefeitos e a Crise; cumprimenta Paulo Alceu pela matéria sobre as dificuldades que Blumenau está tendo com a burocracia.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Reforça as colocações do deputado Jean Kuhlmann com relação às dificuldades que vivem os municípios no país.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Aborda a questão do nó burocrático que vivem as prefeituras.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra o aniversário da senadora Ideli Salvatti; refere-se ao programa de habitação popular em nível federal; propõe a criação de frente parlamentar para acompanhar a política de habitação estadual; discorre sobre o piso estadual de salário.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Cumprimenta vereador e lideranças de Içara e o vereador Laércio Michels Júnior, de Braço do Norte; refere-se à prova de crime eleitoral praticado em Braço do Norte.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Aborda crime eleitoral em Braço do Norte.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Presta esclarecimentos ao deputado Joares Ponticelli com relação à ida da Celesc para Criciúma.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Aborda indignação de lideranças de Tubarão devido à transferência da Celesc para Criciúma.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorre sobre queixa-crime feita contra a sua pessoa; fala sobre a exclusão de soldados da PM.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença dos empresários Eduardo Tomazoni e Ivan Valendowski Filho.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Fala da concessão do título de Cidadão Catarinense a José Alencar; aborda foto da governadora de Porto Alegre no *Correio do Povo*.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Sérgio Godinho.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e vice-prefeito de Botuverá.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o PLC n. 0002/09, de autoria do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça em diversas comarcas.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0002/09.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0002/09.

DEPUTADO ADERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0002/09.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0002/09.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0002/09.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita o encerramento da sessão e a votação do PL n. 0061/09, que altera programação físico-financeira do Plano Plurianual de 2008/2011.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita a retirada de pauta da Mensagem n. 0793/08, que dispõe sobre o veto total ao PLC n. 0027/08.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer ao povo

catarinense que hoje me reporto à parte política que está acontecendo em nossa Casa, a Assembleia Legislativa. Está em andamento a abertura da vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e temos a inscrição do deputado Herneus de Nadal para ocupar essa vaga.

Na reunião da bancada, falo na condição de líder do PMDB, tomamos a posição de que o candidato da nossa bancada será Herneus de Nadal. E por acordo dos srs. deputados, a Assembleia Legislativa tem que fazer com que os 40 votos dos srs. deputados seja para o deputado Herneus de Nadal.

O deputado Herneus Nadal foi o deputado mais votado da eleição passada, com mais de 72 mil votos. E não é só por isso merecedor dessa vaga, mas também pelas cinco legislaturas como deputado estadual, pelo mandato de prefeito de Caibi, pelo longo tempo de serviços prestados ao estado de Santa Catarina. Assim, temos a certeza de que os deputados desta Casa não lhe faltarão com o apoio para assumir a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Nesse bojo, vai assumir no lugar do deputado Herneus de Nadal, como deputado definitivo, o deputado Edison Andrino, que é de Florianópolis, um deputado suplente, mas competente, que faz com que o Parlamento se engrandeça com a sua presença, trazendo sempre a sua contribuição para o estado de Santa Catarina.

Também nesse viés, deve assumir o colega Carlos Chiodini, que é lá de Jaraguá do Sul, cidade que está meio fora da Assembleia Legislativa. Temos certeza de que, com o deputado Carlos Chiodini, Jaraguá do Sul novamente se fará presente nesta Casa. Trata-se de uma cidade onde estudei dois anos no Colégio São Luiz e muito me orgulha falar daquele município próspero, com um povo trabalhador, empreendedor. Temos certeza de que Carlos Chiodini bem representará a cidade de Jaraguá do Sul.

Nós gostaríamos também, neste momento, de parabenizar a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joinville, na pessoa do seu presidente Arodi, juntamente com Roberto Pinot e sua esposa, a Ludmila, que aqui estiveram. Os nossos parabéns pelo trabalho que desenvolvem, juntamente com Walter Galli, que faz parte de outra associação e que também esteve aqui conosco.

Agradecemos a presença deles e tenham certeza de que os pleitos aqui trazidos serão vistos com muito carinho por este deputado.

Gostaríamos de parabenizar também o prefeito Leoberto Weinert, juntamente com o vice-prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria, que tão bem representaram o município de Canoinhas na Agrofest.

Deputado Silvío Dreveck, a Agrofest foi uma grande festa na cidade de Canoinhas, da qual participaram mais de 15 mil pessoas. Temos a certeza de que essa festa veio para ficar, porque é importante e realiza-se no planalto norte com a participação de toda a comunidade. Tivemos a alegria de contar com a presença do sol, fazendo com que o sábado e o domingo se transformassem em uma grande festa do planalto norte.

Parabéns aos responsáveis por aquele evento, entre eles o Donato João Noemberg, que foi um dos grandes secretários e que assumiu a presidência da Agrofest.

Temos que falar também um pouquinho da área da saúde. Foi entregue pelo governo do estado, através da secretaria da Saúde, ao hospital de Mafra, a quantia de R\$ 700 mil, fazendo com que a sua UTI se torne mais eficiente, com mais capacidade para atender os acidentados e os doentes.

Quando se fala em Unidade de Tratamento Intensivo, nós sabemos que o doente não está em boas condições, está realmente correndo risco de vida. Assim, nada mais nada menos do que R\$ 700 mil foram repassados para a cidade de Mafra, atendendo-se um pedido deste deputado para o governador Luiz Henrique da Silveira, fazendo com que aquele município em breve tenha a sua UTI funcionando por completo.

Mas, também, R\$ 400 mil foram repassados para a cidade de Canoinhas, que terá a sua UTI funcionando de maneira completa, com dez leitos credenciados, dez leitos de UTI. Houve a participação da comunidade, de parte da universidade, através do curso de gestão pública, que ajudou também fazendo bingos para que a nossa UTI ficasse bem equipada.

Temos também a satisfação de dizer que o município de Porto União recebeu nada mais nada menos que R\$ 760 mil. Recebeu um grande aparelho de tomografia computadorizada que servirá para o atendimento do planalto norte.

Gradativamente todos esses investimentos estão fazendo com que a "ambulancioterapia" comece a ser diminuída. Como nós temos em funcionamento a ressonância magnética de Canoinhas, também atendendo a população do planalto norte, estamos diminuindo, portanto, a "ambulancioterapia".

No município de São Bento do Sul, deputado Silvío Dreveck, nós entregamos um aparelho de ultra-sonografia para a prefeitura. E temos certeza de que esses exames não precisarão ser agendados em grande quantidade, com dois, três meses de antecedência.

Faremos os exames com o aparelho em São Bento do Sul para atender as pessoas que necessitam do exame de ultra-sonografia. O aparelho será de grande utilidade para fazer as ultra-sonografias da parte abdominal, para as gestantes do município, fazendo com que a comunidade seja a grande beneficiada.

Tivemos em Canoinhas a inauguração do Hemosc, que é o único centro do planalto norte que faz a coleta de sangue. Trabalhando neste sentido, temos a Adosarec, à qual presto aqui a minha homenagem, pois é uma entidade que estimula a doação de sangue e faz com que esse seja um dos maiores atos de solidariedade. O estado de Santa Catarina, pela quantidade de doadores de sangue que possui, por termos o maior doador de sangue do mundo, que é o sr. Orestes Golanovski, tem, sim, um grande patrimônio, ou seja, o idealismo, a solidariedade para salvar vidas.

Eu acho que o planalto norte é sem dúvida um dos grandes centros do Brasil, e faz com que o doador de sangue sintam-se feliz em praticar esse ato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Inscrito para falar o sr. deputado Silvío Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, primeiramente quero aproveitar a oportunidade para registrar, deputado Antônio Aguiar, a sua fala com respeito à festa que foi realizada em Canoinhas. Estão de parabéns, pela organização, o prefeito e as lideranças.

Hoje, o município de Campo Alegre comemora o seu aniversário, onde também houve uma festa maravilhosa, a Festa Estadual da Ovelha, sobre a qual v.ex.a. foi autor de uma proposição aprovada nesta Casa.

De fato esses eventos têm trazido dividendos e gerado riquezas, empregos e renda para a população, fortalecendo assim o turismo local, o turismo de eventos que é importante para os municípios e, principalmente, para o norte

catarinense que precisa aumentar a sua capacidade de desenvolvimento, até por conta da crise da madeira e do setor moveleiro.

Por outro lado, sr. deputado, v.exa. tem realizado um belo trabalho em defesa dos municípios, prova de que o que funciona é o deputado, não a secretaria Regional de Mafra, porque, mesmo com um secretário local lá, não foi possível levar para os municípios de Mafra, Canoinhas e São Bento do Sul os recursos que precisam. E v.exa., junto ao governo, conseguiu os recursos, o que nós agradecemos porque é para o bem da nossa região.

Por outro lado, sr. deputado, a minha fala não é convergente com a fala do colega Elizeu Mattos, que na semana passada, no dia 12 de março, fez aqui várias críticas que não posso e não vou concordar.

Primeiramente, quero contestar de forma respeitosa o deputado Elizeu Mattos, que não está presente neste momento, até porque entendo que naquele dia o colega deve ter se pronunciado não com a razão, mas sim com a emoção. Deve ter se deixado levar pelo fanatismo, pela idolatria, até porque o deputado já trouxe aqui ao plenário temas importantes para debatermos no campo das idéias.

Mas, quando faz referências e críticas ao nosso ex-governador Esperidião Amin de forma até agressiva, dizendo que veio à Assembléia, que lotou a nossa bancada, que havia gente saindo pelo ladrão, quero dizer que o ex-governador Esperidião Amin tem vindo quase toda semana almoçar em nossa bancada. Quando não vem é porque está dando aula ou tem outro compromisso.

Esperidião Amin é uma pessoa que contribuiu muito para Santa Catarina e para o Brasil. Já foi prefeito, deputado federal, secretário de estado, governador por duas vezes, senador, professor e tem sido um bom exemplo na gestão, tem sido honesto, dedicado, ético, e, se há processos em julgamento no Tribunal Superior que vão para o Supremo, quero dizer ao deputado que quem vai julgar são os juizes e que nós, do PP, aqui, em momento algum, fizemos julgamento de quem quer que seja.

Não é certo que o deputado coloque aqui que nós estamos tirando o mandato no tapetão, deputado Joares Ponticelli, até porque é uma incoerência acusar o nosso partido de tentar tirar mandato no tapetão e, ao mesmo tempo, em vários municípios, em vários estados, o partido do deputado Elizeu Mattos tirou e está tentando tirar.

Como é o caso de Criciúma, do nosso colega deputado Décio Góes, que foi cassado: do deputado Clésio Salvaro, que é prefeito e tentaram tirar o mandato dele; de Jaraguá do Sul; de Santa Cecília, onde também isso está acontecendo; de Cunha Porã; do estado do Maranhão, da Paraíba e assim por diante.

Então, se a Lei Eleitoral vale para um, vale para os outros. A Lei Eleitoral permite apenas uma reeleição. É a lei que está dizendo, não é o nosso partido que está dizendo. É a lei! Se não fosse assim, nós poderíamos ser permanentemente prefeitos. Então, temos que respeitar a lei, e quem vai decidir é a Justiça, não somos nós.

Por outro lado, eu não poderia deixar também de dizer que, ontem, quando o deputado Kennedy Nunes esteve aqui nesta tribuna e fez um apelo para que o governo federal reduzisse os encargos sociais nas empresas para dar mais condições de competitividade e geração de emprego, mais uma vez o deputado Elizeu Matos confundiu isenção com redução de carga tributária.

Deputado Joares Ponticelli, o nosso partido tem o propósito, e é ideológico de anos e anos, de estar sempre defendendo a redução de cargas tributárias, o que é diferente de incentivos fiscais para alguns segmentos, como é o caso de Santa Catarina.

Nós defendemos, sim, uma menor carga tributária, uma menor carga de impostos na União e nos estados. Defendemos a padronização de impostos. Agora, a isenção para alguns setores é diferente. E v.exa. deve ter se confundido, porque v.exa. é um deputado atuante. Como disse, trouxe aqui, muitas vezes, boas idéias e bons assuntos para debates e de repente nos últimos dias se perdeu um pouco pela emoção. Preocupado com o prefeito da capital, de repente trouxe para este plenário uma certa confusão referente à decisão da Justiça, no que nós não podemos interferir, fez uma certa confusão entre isenção de carga tributária e redução de carga tributária. Então, queremos apenas esclarecer a população. Nós temos a obrigação de esclarecer porque senão vai ficar confuso.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Silvio Dreveck, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que não podemos generalizar. O PMDB tem muita gente de bem, e para homenagear a todos eu vou citar aquele que estou de frente aqui, que é o deputado Moacir Sopesla, um grande exemplo de um grande peemedebista dentre tantos outros que conheço aqui, nesta Casa, e por todo o estado afora.

Mas só quero dizer que de ladrão, deputado Elizeu Mattos, quem entende, segundo o senador Jarbas Vasconcelos, não é o nosso partido e, segundo o sr. Dejanir Dalpasquale, também não somos nós.

Alias, amanhã, eu vou trazer a fita da CBN que eu prometi. Vocês vão ouvir o que o Dejanir Dalpasquale diz, por exemplo, do presidente estadual do PMDB, Eduardo Pinho Moreira. Ele acusa o seu presidente de homem da negociata. Então, isso já explica o termo "saindo pelo ladrão". Além do mais, alguns do PMDB pensam que eles são maiores que Deus, maiores que a lei e que estão acima da lei, acima do bem e do mal.

Por isso, quero convidar todos para assistirem, no horário destinado ao nosso Partido hoje, em que se pronunciaria v.exa., deputado Silvio Dreveck, a fita que vou colocar aqui, que já está pronta, com a voz do governador Luiz Henrique. E aí nós vamos ver quem é realmente o governador e se ele praticou ou não crime eleitoral por toda Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. tem a palavra por até dez minutos, não esquecendo o que o deputado Dirceu Dresch combinou com v.exa., pois como líder, tem que atender todos os seus companheiros.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte a v.exa. e agradeço a gentileza de conceder este horário.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

De fato, reconheço o compromisso de v.exa. como mãe-de-família e de não poder estar amanhã cedo aqui. Entendo este seu compromisso e cedo o meu espaço.

Mas, não posso deixar de comunicar aqui que a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar está concorrendo a um prêmio da ONU, o Prêmio Mundial Habitat. É a única entidade do Brasil, deputada Ana Paula Lima, a

concorrer a este prêmio. É um programa da cooperativa, o Caprichando a Morada, de articulação entre os próprios agricultores para melhorar o seu espaço, onde constrói, a reforma da sua casa e a melhora deste espaço com flores, com frutas e com uma horta bonita.

Então, amanhã à noite, jantaremos com duas lideranças representantes da ONU para ver e conhecer o programa na casa de um agricultor familiar. Com certeza, é a única entidade do Brasil que está concorrendo a este prêmio pela ONU, o que o torna mais importante.

Na sexta-feira, teremos um grande encontro da Habitação Familiar do Estado, no município de Pinhalzinho, onde teremos mais de dois mil agricultores e agricultoras de todo estado reunidos para discutir o futuro da habitação na agricultura familiar aqui no estado e no Brasil.

Só estou comunicando o fato, desejando tudo de bom, e um ótimo uso deste espaço. Obrigado, deputada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch, que boas notícias v.exa. trouxe ao estado de Santa Catarina! Mas quero dizer também que o Brasil está com um novo comando e essas notícias, essas coisas boas, são porque o presidente do nosso maravilhoso país está dando oportunidade a quem não tinha.

Também quero agradecer este espaço, deputado Dirceu Dresch, pois não pude estar cedo aqui para me inscrever, porque hoje Gaspar comemora 75 anos - e aqui deixo o meu abraço fraterno àqueles municípios - e estive cedo no desfile comemorativo ao aniversário daquele município, aliás, um desfile belíssimo. A cidade é governada pelo prefeito Pedro Celso Zuchi e o semblante, o olhar, o sorriso das pessoas é outro, muito bonito! Essa cidade, que também é orgulho para o estado de Santa Catarina está hoje comemorando 75 anos de emancipação política.

Além dessas duas notícias boas que v.exa. encaminhou, quero relatar, srs. parlamentares e povo catarinense, que no dia de ontem, 17 de março, também tivemos a boa notícia em relação a uma audiência com o ministro da Educação Fernando Haddad, que foi marcada pelo deputado federal Décio Lima, juntamente com a nossa senadora Ideli Salvatti, que é orgulho de Santa Catarina e que inclusive faz aniversário na data de hoje dia 18 de março. Eles foram falar com o ministro Fernando Haddad para estudar a possibilidade de criar um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de inclusão da Universidade Regional de Blumenau, a nossa Furb, no Plano de Extensão do Ensino Superior, lançado pelo governo federal em 2003. Na terça-feira, os nossos representantes apresentaram a proposta de criação de um grupo de trabalho para avaliar o projeto de federalização da Furb, que é uma discussão que vem acontecendo há algum tempo.

A proposta foi apresentada ao ministro pelo reitor da instituição de ensino superior, sr. Eduardo Deschamps e, segundo ele, a intenção é que este grupo seja composto por representantes do ministério da Educação, da Universidade Regional de Blumenau - Furb - e da Universidade Federal de Santa Catarina para análise da viabilidade técnica e financeira desse projeto.

Srs. deputados, a implantação de uma universidade pública e gratuita no médio vale do Itajaí, é uma dívida histórica que os governos, tanto estadual quanto federal, têm com aquela região. E para que a nossa população tenha acesso a esse tipo de ensino de qualidade e gratuito, ninguém se mostrou sensível a esse pleito, mas agora esse pleito de federalização da nossa Furb será avaliado com carinho e atenção.

Outro dado que também quero informar aos srs. parlamentares é que no dia de ontem, esta deputada, presidente do Fórum de Solidariedade, juntamente, com os deputados Adherbal Deba Cabral, Cesar Souza Júnior,

Giancarlo Tomelin, Rogério Mendonça, Ismael dos Santos, estivemos numa audiência pública, no bairro Braço do Bau, a pedido da associação dos atingidos pelo desastre da região, no município de Ilhota. Tivemos também a representação de autoridades como o secretário de Desenvolvimento Regional, o prefeito municipal de Ilhota, todos os vereadores de Ilhota, representantes da Cidasc, Epagri, Defesa Civil, Conab, Ibama, sindicatos, ministério de Desenvolvimento Agrário, que puderam vivenciar o drama vivido naquela comunidade.

Espero que os deputados tenham compreendido a nossa angústia, por isso sempre frisei, e vou dizer: não me calarei enquanto um homem, uma mulher, uma criança, um adolescente, qualquer ser humano ainda estiver sofrendo com a catástrofe do último novembro. Já faz 115 dias e as obras ainda não foram realizadas.

Srs. deputados, espero contar com a sensibilidade de todas as autoridades, inclusive daqueles parlamentares que, gentilmente, permaneceram ouvindo aquela comunidade. Foi uma audiência extremamente positiva e vamos acompanhar de perto a resolução dos problemas apresentados pela comunidade. Entre eles, srs. parlamentares, destaco a agilidade na liberação de recursos e de maquinários para o restabelecimento da agricultura da região, que é composta pelos rizicultores e bananicultores.

Falta clareza de informações para a nossa gente, relativas aos programas habitacionais e aquisição de terreno. Há muita dúvida nesta área e a secretaria Regional ficou de apresentar as propostas existentes: que o auxílio reação seja pago aos agricultores - e a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez uma emenda quando votamos O auxílio reação, no ano passado, neste sentido -; a dragagem dos ribeirões e a liberação das estradas, porque existem estradas que ainda não foram liberadas; agilidade nos laudos dos geólogos para a liberação ou não das áreas, se podem ou não construir, se podem ou não continuar as plantações de bananas; e uma boa notícia foi dada pelo Ibama pasmem, srs. deputados, de que toda madeira apreendida no nosso país poderá ser usada na construção de casas em Santa Catarina.

Não poderia deixar de agradecer à equipe da taquígrafia, do som e gravação, à imprensa (TVAl e Rádio Alesc Digital), Corpo da Guarda Legislativo e aos demais funcionários da Alesc, que foram extremamente zelosos com a população de Ilhota. Eles foram no período da manhã e passaram todo o dia naquela região, vivenciaram o drama daquelas famílias e permaneceram no local até depois das 22h, atendendo todos com muito carinho e com muita eficiência. Quero fazer esse registro e agradecer essa equipe maravilhosa da Assembléia Legislativa.

Srs. parlamentares, não poderia deixar de mencionar outras duas coisas boas que vão acontecer no próximo dia 20, às 9h, aqui no auditório Antonieta de Barros. À convite da secretaria Especial de Agricultura e Pesca, o ministro Gregolin estará neste ato solene, onde celebraremos convênios referentes à emenda de bancada para apoio e implementação de infra-estrutura de aquicultura e pesca. Estarão presentes muitas pessoas e espero que os srs. parlamentares também possam acompanhar.

Srs. deputados, também o nosso ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da secretaria Especial dos Direitos Humanos, estará ao melo dia aqui, no auditório da Assembléia Legislativa, para a homenagem ao deputado morto, Paulo Stuart Wright, fazendo essa homenagem a essa grande personalidade. E para que o dia 31 de março não exista mais...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Gostaria de registrar a presença na nossa Casa, da vereadora Regiane Damas, de Imaruí, do Jailson, presidente do PMDB e do sr. Quintino, colega dos nossos companheiros que estão nos fazendo uma visita. Sejam bem-vindos! Muito obrigado pela presença de vocês e felicidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, deputado Genésio Goulart e esta Presidência acolhe a manifestação de v.exa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É só para registrar com prazer a presença do colega João Messe, colunista político do Jornal *Notícias do Dia*, da nossa região Joinville, que está na Casa fazendo a cobertura dos trabalhos, ele que tem uma coluna respeitadíssima. Muito obrigado, colega jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem deputado Kennedy Nunes, esta Presidência acolhe o registro de v.exa.

Continua com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, sr. presidente, meus cumprimentos aos parlamentares, telespectadores da TVAl, aos companheiros de Imaruí, principalmente o Jailson, ao deputado Genésio Goulart, porque se é Jailson deve ser gente boa, um abraço.

Quero pedir licença ao deputado Sargento Amauri Soares, porque o meu pronunciamento aqui se dará em cima do conhecimento que tivemos com relação à queixa-crime contra o deputado Sargento Amauri Soares.

Deputado Kennedy Nunes, deputado Edison Andrino, em pleno período do avanço da democracia no Brasil, o deputado Sargento Amauri Soares, que aqui cumpre o seu papel na defesa da categoria e em todos os eventos que tem participado como deputado, está sendo processado pelo comando da Polícia Militar.

Casualmente resolvi levantar os artigos em que o deputado Sargento Amauri Soares está sendo enquadrado.

No Título II, Dos Crimes Contra a Autoridade ou Disciplina Militar, o art. 149 diz que o deputado Sargento Amauri Soares corre risco de ter pena de reclusão, de quatro a oito anos, por estar agindo contra ordem recebida do superior e assim sucessivamente.

Há mais um artigo, deputado Dirceu Dresch, mostrando que as oligarquias do poder policial, eu diria, estão-se excedendo e não dá para admitir isso num governo democrático, deputado Moacir Sopelsa, porque aqui nós conhecemos o papel do deputado Sargento Amauri Soares como parlamentar.

(Passa a ler.)

"Da Aliciação e do Incitamento

Art. 154. Aliciar militar ou assemelhado para a prática de qualquer dos crimes previstos no capítulo anterior:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos.

Art. 155. Incitar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar:"

Imaginem se o deputado Sargento Amauri Soares teria este tipo de procedimento, deputado Antônio Aguiar, correndo o risco de ter a pena:

(Continua lendo.)

"Pena - reclusão de dois a quatro anos. Da Violência contra Superior ou Militar

de Serviço

Art. 157. Praticar violência contra superior:

Pena - detenção, de três meses a dois anos.

§ 1º. Se o superior é comandante da unidade a que pertence o agente, ou oficial general:"

Nós conhecemos o deputado Sargento Amauri Soares, e quero dizer ao povo catarinense, aos amigos da Aprasc, deputado Joares Ponticelli, que ele tem cumprido o seu papel e foi eleito para isso. Depois vem o art. 160.

(Continua lendo.)

"Do Desrespeito a Superior e a Símbolo Nacional ou a Farda."

Esse artigo dá mais uma pena de detenção de mais três meses ou um ano por desrespeitar o superior diante de outro militar.

No entanto se esquecem que no papel de parlamentar ele cumpre um mandato e cumpre com o trabalho de atender à demanda da sua categoria.

Há outros artigos como o art. 222, "Dos Crimes Contra a Liberdade Individual", que diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Art. 222. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite ou a fazer e tolerar que se faça o que ela não manda."

Aqui há o risco de detenção de mais um ano. E se somarmos aqui, deputado Sargento Amauri Soares, já dá mais uns 20 anos. V.exa, está aqui há apenas dois anos e pouco, neste plenário.

Então, não dá para admitir, porque o nosso governo Lula não faz isso, ou seja, que um comando da Polícia Militar proceda desta forma, porque se há constrangimento e limitação, é impedir que o parlamentar execute sua função no seu direito enquanto aqui está. Sabemos de suas intervenções enquanto representante e que atua em defesa da Aprasc.

No art. 284 são mais três anos, deputado Sargento Amauri Soares: "expor a perigo a viatura ou outro meio de transporte". Disseram-me que parece que em alguns eventos alguém esvaziou pneu de carro. Não dá para responsabilizar v.exa. porque esvaziaram pneu de carro. E aí querem dar mais três aninhos de cadeia a v.exa.

(Continua lendo.)

"Art. 287. Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou acesso, ou qualquer outro de utilidade, em edifício ou outro lugar sujeito à administração militar:

Pena - reclusão, até cinco anos."

Agora já está em 30 anos. Não dá, srs. deputados, no século em que vivemos, num país em que se reconstrói a democracia - e na sexta-feira nesta Casa, deputado Edison Andrino, vamos ter um ato lembrando a questão da anistia, oficializando aqui a atuação de um parlamentar que foi morto pela ditadura militar e que representava o povo catarinense -, viem com um papel desse, com um processo contra o deputado Sargento Amauri Soares!

Deputado, quero dizer a v.exa. que a bancada do PT está solidária, que somos contrários à formulação de uma queixa-crime desse jeito e que no seu direito de deputado nós vamos nos posicionar contra. O autocomando só esqueceu de incluir v.exa. no art. 254, que é a lei que v.exa. tem defendido nesta Casa.

Deputado Sargento Amauri Soares, faço questão de ressaltar que v.exa., como nós, a

vida inteira trabalhou e combateu a ditadura militar. Sexta-feira haverá um evento de solidariedade à anistia, com a presença, inclusive, do governador José Serra - e aí dizem que é só a Dilma Rousseff faz campanha -, que vai estar aqui porque foi preso político. Só espero não ver Jorge Bornhausen nesse dia ou então que se venha dizer que o deputado Sargento Amauri Soares comete crimes.

Aqui somos prova de que v.exa. defende a Aprasc e que tem adotado uma postura que orgulha esta Casa, como parlamentar. Por isso me solidarizo com v.exa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

De fato esse tema cada dia mais em Santa Catarina vem ganhando espaços, principalmente em movimentos sociais do estado, que é a chamada criminalização de quem faz algum movimento social. E por incrível que pareça, deputado Jailson Lima, o deputado Sargento Amauri Soares está defendendo um acordo assinado pelo governador do estado junto com a Aprasc, que agora os praças e os bombeiros estão cobrando, e estão acontecendo todos estes fatos. Então, houve um acordo descumprido por parte do governador e agora quando o movimento se mobiliza para cobrar este acordo, acontece tudo isso.

Somos totalmente solidários ao deputado Sargento Amauri Soares pela luta que vem desenvolvendo pela categoria de trabalhadores da área da segurança pública, que conhecemos muito bem e temos acompanhado, e que merece com certeza um tratamento especial do estado pelos serviços que presta à sociedade catarinense.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Eu também quero me solidarizar com v.exa. pelo tema que aborda e, conseqüentemente, com o deputado Sargento Amauri Soares, que está aqui no estrito cumprimento do seu papel. Ele não faz nada além de cobrar. Não são nem promessas, é o cumprimento de uma lei que não foi a Oposição que apresentou, foi o governo que encaminhou, que tem mais de cinco anos que não é cumprida. E ele, por querer cobrar o cumprimento de uma lei, está sendo criminalizado! Só quem serviu ao Dops, como o governador Luiz Henrique da Silveira, poderia agir assim.

Parabéns pela manifestação.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Sargento Amauri Soares, o Partido dos Trabalhadores é solidário a v.exa. Continue representando bem o seu povo, a sua categoria, porque v.exa. tem sido nota 13 nisso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, notícias dão conta de que duas gigantes do setor da produção de derivados da carne estão prestes a se unir. Sadia e Perdigão juntas terão uma receita de mais de R\$ 10 bilhões. Com a fusão, serão as duas que terão a maior produção de frango do mundo.

Esse dado nos dá a idéia da dimensão do que representa, deputada Ada De Luca, para o estado de Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa, para o extremo oeste, para o este

catarinense, a produção de carne, pois somos um dos maiores produtores do mundo e com certeza, em vários setores, um dos maiores produtores ou o maior produtor do Brasil.

Essa fusão nos dá a idéia também, por conta da crise mundial, dos problemas que alcançam o setor produtivo primário; nos dá a idéia das dificuldades por que passam milhares e milhares de pequenos produtores do nosso estado que levam alimento à mesa do povo catarinense, brasileiro e do mundo inteiro; nos mostra e nos dá o sentimento exato da dificuldade por que passam esses produtores que não têm como fazer fusão de empresa com empresa, porque são integrados às empresas, são produtores independentes e com a queda dos *commodities* no mundo inteiro os problemas se fazem sentir com forte repercussão na área econômica e, por conseqüência, na área social, na casa de milhares e milhares de famílias que atuam nesse setor estado afora, Brasil afora.

Por isso é importante que se trate desse assunto. É importante que se possa vislumbrar incentivo à ajuda, parceria com os produtores que passam com certeza a maior crise já vivenciada nos últimos anos. E essa dificuldade se estende também, srs. deputados, não só lá no interior do município, mas nas nossas cidades; não só nas pequenas cidades, mas nas médias, nas grandes cidades, nas cidades pólos, que também se reflete na arrecadação dos cofres do Tesouro do estado e também da nação.

Isso significa menor retorno para fazer frente às necessidades básicas, elementares da educação, da saúde, da infra-estrutura e tantas outras necessárias e imprescindíveis, para que se possa oferecer à nossa população qualidade de vida, para que se possa oferecer à gente que trabalha no interior, especialmente aos jovens, expectativa de ter uma condição de viabilizar trabalho, renda para si e para toda a sua família.

Por isso mesmo, srs. deputados, é necessário, é importante que consideremos que a crise alcançou, refletiu e gerou mais conseqüências nas cidades litorâneas que foram extremamente penalizadas por um fenômeno que levou à destruição, que levou a tantos e tantos problemas, não só materiais, como ceifou vidas. Mas temos outra crise localizada, que é no setor da pequena propriedade, no agronegócio, que precisa da atenção e do nosso cuidado.

Sabemos dos esforços que o governo federal tem desenvolvido e temos convicção das ações que estão sendo implementadas nos vários setores da economia, mas esse setor é um setor, sem dúvida alguma, extremamente importante e fundamental à economia catarinense e à economia brasileira. É por conta da atividade nessa área que temos o *superávit* expressivo todo mês na balança comercial. O que mais nós exportamos não são eletrodomésticos, não são peças, não são aviões, mas sim alimentos.

Por isso mesmo é que esse setor precisa ser lembrado aqui da tribuna, precisa ser lembrado no ministério da Agricultura, através do governo federal, através dos nossos estados, dos nossos municípios, do nosso Parlamento, para que se possa encontrar um meio, um mecanismo para que essas pessoas continuem na atividade, no meio rural, a fim de que possamos, por conta desse momento que acredito seja breve, seja passageiro, pois vamos encontrar novamente o caminho do crescimento, do desenvolvimento econômico e social, através de ações diretas, de ações positivas, fortalecer aqueles que produzem alimentos e que colocam à mesa de tantas e tantas pessoas no mundo inteiro o pão nosso de cada dia.

É importante frisar, é importante destacar o trabalho dessas pessoas que enfrentam as mais diversas dificuldades para poder produzir, para fazer com que possam manter a propriedade em boas condições e que

muitas e muitas vezes encontram, além dos obstáculos que acabei de referir e de frisar, outros obstáculos de ordem ambiental. Mais de um milhão de propriedades no nosso país, de acordo com a legislação ambiental vigente, estão à margem das exigências dos órgãos ambientais.

E esta necessidade pode ser melhorada e com certeza vai ser melhorada. O trabalho de todos os srs. deputados com emendas, com sugestões, o trabalho da relatoria, através do deputado Romildo Tilton, eu creio que vai fazer com que o Código Ambiental, que está sendo discutido, que vai ser avaliado, que vai passar pelo crivo da comissão de Constituição de Justiça, possa ser um elemento importante para fazer frente às dificuldades que ora enfrentamos neste setor, que se junta com as outras dificuldades aqui citadas.

Esperamos que a nuvem seja passageira e que tenhamos de novo o desenvolvimento, o progresso e o crescimento no nosso estado e no nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu solicitei, no dia de hoje, que fosse encaminhado a este plenário, para discussão e votação, um requerimento de minha autoria, solicitando o envio de votos de congratulação ao sr. Marcello Petrelli, pelo Prêmio Personalidade de Vendas-ADVB 2009.

Ele foi comunicado dessa premiação ontem e eu tomo a liberdade de citar, através do jornal *Notícias do Dia*, que foi amplamente divulgado no dia de hoje, alguns dados sobre o nosso eminente homenageado.

(Passa a ler.)

"O empresário Marcello Corrêa Petrelli, vice-presidente executivo da RIC Record, é o vencedor do Prêmio Personalidade de Vendas ADVB 2009, ao ser eleito em votação que contou com a participação de lideranças empresariais e políticas, além de representantes dos segmentos de comunicação, propaganda e *marketing*. O anúncio foi feito ontem, durante entrevista coletiva concedida pelo presidente da ADVB-SC, Carlos Joffre do Amaral Netto.

Marcello Petrelli disputou a indicação com mais outros quatro empresários: Guido Bretzke (Bretzke Alimentos), Natanael Santos de Souza (First S/A), Nilso José Berlanda (Lojas Berlanda) e Vicente Donini (Marisol).

Além dos 20 anos de atuação na Rede Independência de Comunicação (Ric Record) - afiliada à Rede Record desde o último ano - que completará em dezembro -, o empreendedor Marcello Corrêa Petrelli tem mais a comemorar neste ano de 2009. Ele foi o primeiro empresário da área de comunicação a receber o prêmio da ADVB de Santa Catarina.

[...]

Entre as principais conquistas profissionais, Petrelli cita a estadualização da programação da Rede SC, iniciada há nove anos. Em segundo lugar, a consolidação do jornal *Notícias do Dia*, que hoje tem destacada presença em Florianópolis e Joinville. E, por fim, a integração e a transformação da empresa na Rede Independência de Comunicação, unindo ações do grupo no Paraná e Santa Catarina, com a mudança da programação da Rede Record.

Todo esse trabalho só é possível, segundo ele, graças à confiança dos acionistas do grupo RIC na gestão da empresa, no reconhecimento da sociedade catarinense e do mercado. E, por fim, ao apoio dos profissionais da casa que hoje somam 650 apenas em Santa Catarina."

[sic]

Quero, neste momento, prestar a minha homenagem ao sr. Marcello Petrelli e requerer verbalmente a v.exa., sr. presidente, se for possível, que seja confeccionada uma placa em homenagem a esse título que ele recebeu no dia de ontem para ser entregue a ele em data oportuna nesta Casa. Gostaria de fazer esse requerimento verbal a v.exa. e saber se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Nilson Gonçalves, a sua solicitação é válida. A única coisa que esta Presidência pede a v.exa. é que encaminhe o seu pleito por escrito, para que possamos ter todos os dados da pessoa referida. Com certeza é uma pessoa que merece o nosso reconhecimento e a sua indicação.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Farei isso ainda hoje, sr. presidente, e agradeço a deferência.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Nilson Gonçalves, eu gostaria de parabenizá-lo por suas palavras, por suas colocações e reiterar aqui que aquela máxima histórica de que o fruto nunca cai muito longe do pé, realmente acabamos de observar que é verdade.

Marcello Petrelli vem de uma família tradicional, uma família que honra a comunicação no estado de Santa Catarina, e mostra, neste momento, a sua capacidade, a sua habilidade como interlocutor, como administrador, como pessoa que é, acima de tudo, empreendedora. Marcello é uma pessoa que merece esta homenagem, para fazer justiça a ele. Por isso não poderia me calar.

Então, serei obrigado agora a parabenizá-lo por trazer este assunto à tribuna, até porque também iria trazê-lo, mas já que v.exa. o está fazendo, eu gostaria de aproveitar para parabenizar, da mesma forma, Marcello Petrelli e dizer que esse prêmio é difícil de ser conquistado, pois foi disputado, mas foi destinado, com muita justiça e honra, a uma pessoa que realmente merece.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, deputado.

Mas o jornal *Notícias do Dia* de hoje, para os seus leitores, para aqueles que habitualmente adquirem o jornal, foi naturalmente muito bem elaborado para tratar desse acontecimento. E aqueles que não têm o hábito de lê-lo, eu os aconselharia a adquirir o jornal, para tomarem um conhecimento bem profundo sobre a atuação desse empresário jovem, que tem uma visão empresarial espetacular, com certeza adquirida do seu querido pai.

É isso que eu teria a dizer neste momento, sr. presidente, e agradeço a deferência por me permitir que seja entregue a ele uma placa comemorativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu gostaria, com muita satisfação, de registrar a presença, nesta Casa, do vereador Clayton Luiz Batschauer, da cidade de Itajaí. Ele é um aguerrido defensor das causas portuárias nessa pujante cidade de Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrado o seu pedido.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig e o deputado Edison Andrino, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, sra. deputada Ada De Luca, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, neste momento, parabenizar o governo do estado por ter encaminhado para esta Casa o Projeto de Lei Complementar n. 0008/2009, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Combate à Pirataria e Defesa da Ética Comercial. Esse é um projeto de suma importância neste momento de crise que já se está refletindo sobre Santa Catarina, eis que temos aqui diversas empresas que estão sendo prejudicadas pela concorrência dos produtos pirateados e contrabandeados.

As indústrias de confecções, as indústrias calçadistas e a de outros produtos produzidos aqui em Santa Catarina sofrem a forte concorrência da pirataria. Essas indústrias estão paralelas à tributação tanto para o estado quanto para o governo federal, cujos recursos não entram na circulação legal e financeira.

Por isso, merece registro a importância desse projeto que iniciou a sua tramitação nesta Casa e que certamente vai, na apreciação dos srs. deputados, poder contar com o apoio de todos os parlamentares de Santa Catarina para a sua aprovação. Porque, sem dúvida nenhuma, ele vai contribuir para que recursos de impostos ingressem no caixa do Tesouro do estado, o que vai ajudar a arrefecer a queda da arrecadação que se faz sentir pelo momento de crise que estamos vivendo, e vai trazer, também, a recuperação de empregos nessas indústrias, que certamente vão poder produzir mais, gerar mais empregos e arrecadar os impostos devidos ao estado.

Portanto, peço para que todos os srs. parlamentares apreciem o projeto de lei e votem pela sua aprovação, porque são projetos dessa natureza, sem sombra de dúvida, que poderão superar esse momento de crise por que passa Santa Catarina, o Brasil e o mundo inteiro. E se outros estados adotarem medidas semelhantes, estaremos dando uma grande contribuição à nossa nação e contribuindo para que o Brasil melhore a sua imagem, inclusive em relação aos outros países, que compõem o mercado do mundo inteiro.

Quero, também, fazer referência aos investimentos que a Celesc tem realizado no estado nos anos de 1999 a 2002. Foram R\$ 295 milhões já do período de 2003 a 2006; foram investimentos na ordem de R\$ 466 milhões; só no ano de 2007 foram investidos R\$ 267 milhões em Santa Catarina. E a previsão de investimentos, de 2008 a 2012, soma R\$ 1,022 bilhão.

Isso mostra a vontade, a determinação, de o governo Luiz Henrique da Silveira fazer os investimentos necessários nessa companhia de energia elétrica, que tem merecido o crédito da população e que nos últimos anos tem sido reconhecida pela opinião pública como a melhor distribuidora de energia do Brasil.

O nosso reconhecimento ao presidente Eduardo Pinho Moreira, que tem conduzido a equipe da Celesc muito bem. Realmente, precisamos enaltecer o trabalho que ele vem realizando.

Na Regional de Tubarão tivemos investimentos de R\$ 22,4 milhões, de 2003 a 2006, deputado Joares Ponticelli, e no ano de 2007 foram investidos na Regional de Tubarão R\$ 5,5 milhões. Inclusive, está previsto para o ano de 2008 um investimento na ordem de R\$ 10,8 milhões.

Quanto ao fato ocorrido com relação à transferência da vinculação do escritório de Lauro Müller para a região de Criciúma, deve-se a uma questão de logística, porque Lauro Müller está

muito mais próximo de Criciúma do que está Tubarão e também para melhor poder atender aquela localidade.

Então, essa foi a justificativa para que fosse transferida a vinculação do escritório de Lauro Müller para a região de Criciúma.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Com todo o respeito que tenho por v.exa. e agradecendo pela preocupação em responder alguns questionamentos que fizemos ontem, gostaria que v.exa. pudesse me disponibilizar a discriminação desses investimentos, porque eles não são visíveis, talvez eles tenham sido feitos em locais que a população não vê. Nós não conseguimos enxergar esse volume de investimentos.

E com relação à transferência do escritório de Lauro Müller para a Regional de Criciúma, quero dizer que Criciúma sempre tentou essa transferência dezenas de anos, mas as gestões regionais sempre resistiram à presença da Celesc, atendendo um apelo da comunidade de Tubarão, que não aceita isso, que não se conforma. E o que é mais grave: quando levantei essa preocupação no ano passado, o presidente Eduardo Pinho Moreira me contestou, chamou-me de mentiroso, de fofoqueiro, mas agora prova que quem não cumpre a palavra empenhada é o próprio presidente Eduardo Pinho Moreira.

Foi nesse sentido, porque ele me agrediu inclusive, deputado Renato Hinnig, pela imprensa local, dizendo que não era verdade, que Lauro Müller continuaria vinculada a Tubarão. E agora fomos infelizmente surpreendidos com essa triste notícia.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Mas v.exa. sabe que a política é dinâmica, a economia é dinâmica, que estamos vivendo um novo momento, que a empresa está passando por ajustes que se fazem necessários para enfrentar esse momento de crise, essa dificuldade momentânea que vive, para poder continuar sendo a melhor empresa distribuidora de energia elétrica do Brasil.

Por isso, pedimos a compreensão de v.exa., e estarei providenciando o detalhamento desses investimentos para mostrar a v.exa.

Deixo agora o restante do tempo ao companheiro Edison Andrino, que vai fazer uso da palavra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, dentro do horário do PMDB, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de cumprimentar primeiramente o deputado Romildo Titon, pelo trabalho que está fazendo na comissão de Constituição e Justiça, como relator do projeto mais importante que tramita na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que é o nosso novo Código Ambiental, polêmico, complexo, difícil de entender, de relatar, mas um projeto importante para o meio ambiente e para a economia de Santa Catarina, para o desenvolvimento sustentável, e que esta Casa precisa tratar e aprovar.

Na minha maneira de ver, srs. deputados, nós deveríamos ter um tempo maior para analisar essa proposta. O prazo de votação dessa complicada e difícil matéria está estipulado para o dia 30 de março, ou seja, temos menos de duas semanas para que possamos votar o complexo de leis que vai disciplinar a questão ambiental em Santa Catarina.

Além do mais, sr. presidente e srs. deputados, na minha maneira de ver, depois de aprovado esse Código Ambiental, nós tínhamos que dar um prazo para ele entrar em vigor.

Comungo do pensamento que ele não pode entrar em vigor depois de publicado. Teríamos que ter um tempo mais comprido para que se fosse adaptando a nova realidade da legislação ambiental de Santa Catarina, mesmo porque teremos provavelmente muitas demandas judiciais questionando alguns artigos polêmicos do novo Código Ambiental.

Vejam v.exas. que, se durante o prazo em que o Código Ambiental estiver em vigor, algum empreendedor ou agricultor investir ou tiver aprovado o seu empreendimento baseado na legislação que vamos aprovar no dia 30, em seguida receberá uma decisão judicial dizendo que o dispositivo que acabamos de aprovar é inconstitucional.

O que vai acontecer com aquele cidadão que acabou de fazer o seu investimento baseado no novo Código Ambiental? Precisamos ter, na minha maneira de ver, um prazo de no mínimo seis meses para adaptarmos a nova realidade.

Não podemos ter um Código Ambiental que discipline a questão rural e que deixe a questão urbana para o Código Florestal. O que é isso? Nós estamos aprovando um conjunto de leis ambientais que se resumem no novo Código Ambiental do estado de Santa Catarina. E quando digo do estado de Santa Catarina, estou fazendo referência às questões urbanas e às questões rurais.

Nas APAs que dizem respeito às margens de rios, às nascentes de rios, vamos disciplinar no Código Ambiental do estado de Santa Catarina. E a questão das dunas, dos mangues, das lagoas, dos mares, quem vai disciplinar? É o Código Florestal? Ou seja, estamos querendo tirar o poder centralizador da União em disciplinar as questões ambientais do estado de Santa Catarina, que eu concordo, porque sempre defendi que a União tem que estabelecer as diretrizes básicas da questão ambiental. E as questões específicas, diferenciadas, de cada estado da federação, têm que ficar por conta da legislação estadual. Ou seja, a União estabelece o mural do quadro. Mas o conteúdo do quadro é o estado que tem que estabelecer.

Agora, temos que estabelecer um conteúdo de quadro em que a natureza seja preservada; tem de haver uma harmonia entre quem investe e a natureza, porque daqui a pouco, e acredito nisso plenamente, o Supremo pode tomar uma decisão política ao julgar uma demanda de inconstitucionalidade, se deixar de lado a questão ambiental.

Nós estamos saindo dos 30 metros de afastamento das margens dos rios para cinco metros, o que é muito pouco.

É bem verdade que acho que a legislação federal, a Constituição, abre uma brecha para que o estado discipline essa matéria, legisle sobre matéria ambiental. Mas é bem verdade também que na hora em que o Supremo analisar essas demandas judiciais ele olhará se Santa Catarina teve a preocupação com a questão ambiental, se temos problemas específicos. E existe uma série de regiões no estado de Santa Catarina onde o agricultor já usa as margens do rio, que são áreas consolidadas e que não existe retrocesso.

Onde existe ocupação está proibido desmatar. E o rio de dez metros não pode ter apenas cinco metros de afastamento, porque é muito pouco.

Poderíamos colocar dez metros, deputado Moacir Sopelsa, porque aí estaríamos saindo dos 30 metros para dez metros e estaríamos ganhando 20 metros. Eu acho que é um grande ganho. Agora, quanto a cinco metros, é muito pouco. Essa é a minha preocupação.

Quero aqui novamente cumprimentar o deputado Tilton, que se tem esforçado, em período integral, dedicando-se a esse trabalho difícil,

complexo. E creio que não podemos, deputado Moacir Sopelsa e meu líder deputado Antônio Aguiar, criar uma expectativa junto a uma grande parte da população de Santa Catarina, principalmente do pequeno e do médio agricultor, que vai sair daqui da Assembléia alegre, na festa que vamos fazer, porque serão apenas cinco metros, e depois de um mês o Supremo analisará e constatará que Santa Catarina não se preocupou com a questão ambiental, que é uma questão da União. Daí, voltaremos aos 30 metros, e acabou a esperança, a expectativa dos agricultores de Santa Catarina.

Por isso, acho que tínhamos que buscar um meio termo nesse processo. É bem verdade que nas andanças, nas disputas do estado de Santa Catarina, houve uma expectativa muito grande com os cinco metros, mas ainda é hora de aprovarmos aqui um quadro mais real, em que haja uma harmonia muito grande entre a preservação do meio ambiente e a questão dos investimentos. Esse é um assunto que esta Casa tem que discutir mais profundamente.

Acho que o prazo foi muito curto para que nós, deputados e deputadas, analisássemos a complexidade dessa matéria ambiental. E o que não podemos ter, quero aqui deixar bem claro, são duas legislações para disciplinarmos as questões ambientais de Santa Catarina. E como está no Código Ambiental, existe assunto que vai ser disciplinado, regulamentado pela legislação federal e outros pela estadual. Ora, por que vamos fazer um Código para a metade das questões ambientais serem disciplinadas pela legislação federal e a outra metade pela legislação estadual?

É difícil! Por isso, eu gostaria que esta Casa tivesse um tempo maior e o deputado Romildo Tilton pudesse analisar essas questões com mais tranquilidade.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados que nos acompanham nesta sessão, eu gostaria, primeiramente, antes de entrar no meu assunto desta tarde, de fazer um convite, até a pedido do próprio prefeito do município de Presidente Getúlio, para o 5º Encontro dos Motociclistas, que acontece nos dias 27 e 28 de março próximos.

Quero aqui aproveitar a oportunidade para parabenizar o prefeito Nilson, do município de Presidente Getúlio, que é do PP, deputado Kennedy Nunes. Eu estive naquele município participando da escolha da rainha da Festa do Leite, que acontece este ano, uma festa maravilhosa no Vale das Cachoeiras, na região de Presidente Getúlio, deputado Joares Ponticelli. É um prefeito que vem mostrando muita habilidade não pela questão político-partidária, porque ele colocou a questão partidária acima da administração municipal, mostrando que um prefeito tem que ser, assim como um empresário, um empreendedor, uma pessoa que visa o bom andamento da comunidade e o atendimento ao cidadão.

E o prefeito Nilson vem fazendo com que a prefeitura, a máquina pública, apesar de todas as diversidades, esteja a serviço do cidadão. Por isso, eu não poderia deixar de fazer esse convite e parabenizar o prefeito Nilson pela administração que ele vem fazendo em Presidente Getúlio.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Administração, por sinal, que tem a parceria de v.exa.

Eu vou estar lá na próxima segunda-feira. Vou almoçar com os nossos companheiros, com o prefeito, com toda a administração municipal. Vou rever os amigos e dar uma atenção para a nossa base.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, não só o prefeito do PP merece atenção, mas o próprio vice-prefeito e toda a equipe que administra o município, e o PSDB está fazendo parte também da administração.

Mas, novamente, reiterando, srs. parlamentares, trata-se de prefeito que mostra que depois da eleição é preciso esquecer a questão de partido e trabalhar para a cidade. Aliás, entrando neste assunto, eu gostaria de aproveitar esta tarde para parabenizar o colonista Moacir Pereira, que traz um artigo muito interessante no jornal e, quem sabe, sirva para nós refletirmos, como parlamentares, não só a questão estadual, mas também a questão federal. O artigo, deputado Giancarlo Tomelin, de Blumenau, tem o título: Os Prefeitos e a Crise.

Eu andei muito visitando alguns municípios no interior de Santa Catarina e verifiquei, srs. parlamentares, a questão da queda da receita desses municípios e da dificuldade que eles vêm sofrendo. No artigo o próprio colonista diz o seguinte: "A queda da receita das prefeituras catarinenses, que tem feito muitos prefeitos perderem o sono, começa a tornar-se mais evidente para a população". E aí ele começa a falar da questão das obras, em que há problemas.

O próprio colonista cita a questão do ICMS, que caiu drasticamente em alguns municípios, em alguns casos 20% até 30%. E há aqui até uma citação do próprio secretário Gavazzoni, dizendo, de uma forma muito clara, que o município que não se ajustar a essa nova realidade, vai acabar trazendo um sofrimento adicional à população, e isso é algo muito difícil. Por isso, é importante que os prefeitos e nós, parlamentares, possamos buscar soluções para essa realidade.

Quando há receita, a administração pública está acostumada a inchar e jogar os seus gastos conforme a elevação da receita. E aí, quando a receita cai, diminui, não tem mais como reduzir aquela despesa fixa, e aí como vai fazer para pagar a conta? Essa é a grande dificuldade. Por isso, vamos acabar observando, deputado Ismael dos Santos, que o bom administrador não é aquele que administra bem para a população quando a citação está boa; é aquele que administra bem para a população quando a crise está na porta da prefeitura.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Jean Kuhlmann, só quero reforçar as suas colocações. Quando v.exa. fala das dificuldades que vivem os municípios, as prefeituras e os prefeitos em todo o Brasil, faço uma observação. V.Exa. tem total razão, principalmente no que diz respeito à distribuição da arrecadação, pois 13% ficam nos municípios, e a vida, as coisas, o dia-a-dia acontece nos municípios. Então, 22%, 23% ficam no estado e absurdamente 64,5%, 65% de tudo aquilo que nós arrecadamos ficam no governo federal.

Então, é preciso fazer, sonhar, lutar e trabalhar para que possamos efetivar o famoso pacto federativo, redistribuindo a arrecadação, principalmente aumentando a fatia dos municípios do nosso país.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aliás, deputado Darci de Matos, o pacto federativo é muito defendido pelo governador Luiz Henrique. Sempre que tem oportunidade de falar com os prefeitos, ele fala nessa questão do pacto federativo, que na verdade não é nada mais, nada menos, para quem não sabe exatamente o que é o pacto federativo, que uma redistribuição dessa questão das receitas e das obrigações entre o município, o estado e a União. Isso não é admissível, como o próprio deputado Darci de Matos teve a oportunidade de falar, porque a maior parte dos problemas acontece no município e a maior parte da arrecadação fica com o governo federal, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, só gostaria de acrescentar ao seu discurso, além de todas essas dificuldades da crise que batem à porta das nossas prefeituras, que existe a questão do nó burocrático.

Nós tivemos um caso absurdo em Blumenau, agora, com a calamidade. O prefeito teve que locar os galpões para aqueles que estão desabrigados e nas divisórias queria colocar um material com isolamento acústico e não pôde colocar um material de melhor qualidade porque o convênio não permitia colocar material reaproveitável. É a burocracia dificultando o dia-dia das nossas prefeituras.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É a burocracia afetando o cidadão, deputado Ismael dos Santos.

Quero aqui também aproveitar a colocação de v.exa. para parabenizar o colunista Paulo Alceu, que hoje colocou no jornal, de forma muito clara, a dificuldade que o município de Blumenau está tendo com a questão da burocracia. Enquanto alguns dizem que chegou muito dinheiro, que o governo federal liberou muito dinheiro - e é verdade que a medida provisória disponibiliza dinheiro -, o dinheiro não chega. Esse dinheiro não vai até a população e ainda por cima agora o próprio ministério da Infra-Estrutura decidiu, ontem, dar tratamento ordinário à medida provisória que libera recursos para a recuperação no caso da catástrofe em Blumenau e no vale de Itajaí.

Realmente, é lastimável que um caso de emergência para o povo agora para o governo é tratamento ordinário em ritmo burocrático.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu quero, já no início da minha fala no dia de hoje, registrar aqui o aniversário da grande senadora catarinense Ideli Salvatti, no dia de hoje. A festa não vai ser hoje, mas, sim, no sábado, deputado Joares Ponticelli, em Florianópolis.

Então, quero parabenizar a grande senadora pelo trabalho que vem realizando em nosso estado, em defesa da construção dos projetos importantes no governo federal e no Senado.

Gostaria também dizer que estamos acompanhando todo o debate do PAC, o lançamento pelo nosso governo de um programa amplo de habitação popular no Brasil, e continuam ainda os grandes investimentos. O presidente Lula está anunciando a construção de mais de 500 mil casas.

Nós, juntamente com isso, queremos acompanhar, fortalecer esse trabalho do nosso governo na perspectiva de que Santa Catarina,

deputada Odete de Jesus, faça parte e receba no mínimo 50 mil casas através desse programa nacional, porque Santa Catarina é um estado que vem avançando em crescimento, em desenvolvimento, mas temos, aqui, mais de 150 mil famílias que precisam de habitação ainda.

Nós estamos, inclusive, propondo a criação de uma frente parlamentar para acompanhar todo esse debate, toda essa política para atender a necessidade de habitação do nosso povo catarinense. Então, estamos vendo os dados do próprio estado, que tem uma política muito tímida em termos de habitação popular, com poucas obras construídas. De 2003 a 2006, foram construídas 3.459 casas. É muito baixo esse número e por isso precisamos de uma política estadual de habitação também, com investimento do estado. Precisamos avançar nessa área.

Então, a criação da frente tem esse objetivo, ou seja, o Parlamento catarinense, esta Casa, juntamente com o grupo de deputados, as entidades, as organizações, as Câmaras de Vereadores, construiria um grande movimento e, inclusive, mudaria a legislação federal, incluindo 2% do Orçamento da União para a habitação popular no Brasil, porque essa é uma necessidade do povo brasileiro. Morar bem, ter uma casa digna é um direito que tem a população, principalmente a de baixa renda.

Quero falar também de outro tema que vem sendo discutido no estado nesses últimos dias: o piso estadual de salário. Tivemos a informação, no dia de ontem, de que haveria uma audiência, hoje, com o governador do estado, juntamente com seis centrais sindicais. Pela manhã, recebemos a informação de que foi suspensa essa audiência. E agora tivemos a confirmação de que a audiência está acontecendo neste momento. Com certeza isso foi resultado do grande processo de mobilização que começou aqui, na semana passada, com 100 mil assinaturas. Trata-se de um projeto de iniciativa popular para a criação do piso estadual de salário no nosso estado.

Com certeza há uma expectativa muito grande por parte de quase 400 mil trabalhadores em Santa Catarina, empregadas domésticas, assalariados rurais, muitas pessoas da construção civil, que não estão recebendo um piso, um salário adequado em Santa Catarina, nem o mínimo recebem muitas vezes.

Nós entendemos que é importante a nossa bancada estar unida nessa perspectiva e apostar na construção, na viabilização desse piso no estado de Santa Catarina, como já existe em outros estados. Todos os estados do sul e do sudeste já possuem o piso salarial regional. Acreditamos que isso vai melhorar a condição de vida de milhares e milhares de trabalhadores neste estado, e, consequentemente, vai melhorar inclusive a renda das empresas, que vão vender mais, desenvolver-se melhor e assim o estado arrecadará mais.

Então, a luta pela instauração do piso salarial em Santa Catarina é importantíssima. Já foram feitas mobilizações, começou na última segunda-feira em São Miguel d'Oeste. Esperamos, deputado Joares Ponticelli, que o governador se sensibilize com essa articulação toda do nosso sindicalismo. Doze federações e seis centrais sindicais, um conjunto de sindicatos no estado todo, estão fazendo um abaixo-assinado, estão pegando assinaturas da população para que de fato consigamos implantar esse piso.

Então, esperamos que o governador tenha essa sensibilidade e de fato tome a iniciativa, porque outros governadores já adotaram essa medida aqui no sul, e hoje os impactos da implantação do piso salarial regional nesses estados estão sendo muito positivos.

Gostaria, inclusive, em nome da nossa bancada, de dizer que vamos continuar

participando ativamente dessa luta, porque estamos convencidos de que é uma grande alternativa de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda em nosso estado.

Quero dizer hoje que esse comprometimento nosso vai continuar, seja qual for o resultado da audiência que está ocorrendo neste momento. Esperamos um resultado positivo, que as centrais sindicais possam sair convencidas, ou então continuaremos nessa luta para que o projeto de iniciativa popular possa ser aprovado nesta Casa, podendo assim implantar o piso salarial regional, que é um sonho e uma expectativa de milhares de trabalhadores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência cumprimenta o promotor público de Justiça, Onofre José Carvalho Agostini, que com 152 votos foi indicado no Ministério Público para fazer parte do CNJ.

Nossas congratulações ao nobre membro do Ministério Público, promotor Onofre José Carlos Agostini, filho do nosso deputado Onofre Santo Agostini, que será o representante de Santa Catarina para disputar uma posição no CNJ, eleito que foi pelos seus pares do nosso Ministério Público estadual.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar o nosso vereador Darlan e as lideranças do município de Içara que aqui comparecem, bem como o nosso vereador Laércio Michels Júnior, de Braço do Norte, um tucano, deputado Nilson Gonçalves, que esteve conosco na vitoriosa campanha naquele município, tendo a responsabilidade de conduzir a Câmara de Vereadores naquele período.

Mas solicito a atenção, deputada Ana Paula Lima, de todos os srs. deputados, porque vamos mostrar agora a incontestável prova do crime eleitoral praticado por Sua Excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, no município de Braço do Norte, precisamente no dia 15 de fevereiro, quando o governador disse que no dia 30 haveria eleições.

V.Exas. vão ouvir que o governador Luiz Henrique da Silveira marcou as eleições do município de Braço do Norte para o dia 30 de fevereiro. Só no calendário de Sua Excelência, fevereiro tem 30 dias. Mas ouçam a gravação para não dizerem que é intriga da Oposição.

(Procede-se à execução da gravação.)

A fita, deputado Kennedy Nunes, é claro que foi gravada no comício. E vou rapidamente traduzir.

Essa é a degravação que está no processo de crime eleitoral contra sua excelência. E é o que está ali.

Disse o governador:

(Passa a ler.)

"Agora eu quero assumir aqui com vocês um compromisso. E vocês sabem que eu não faço promessas, minha palavra é uma só. Dia 30 desse mês tem eleição" - só para ele tem 30 dias em fevereiro. "Dia 17 de março eu venho aqui assinar para passar à prefeita e ao vice-prefeito os milhões de reais que Braço do Norte precisa para fazermos o primeiro Propav Rural do sul do estado.

Esse é o compromisso, quero que gravem! Tem gravador aí? Quero que gravem para ninguém ter dúvidas, porque eu já ouvi dizer que estão duvidando desse asfalto, como duvidaram da pavimentação da avenida. Duvidavam de todas as obras, porque quando eles estão no governo,

eles não fazem nada, quando eles estão no governo, eles só sabem falar mal e duvidar. Pois que duvidem, duvidem! No dia 17 de março, se eleita Zalene e Charles, esse extraordinário empresário, esse jovem inteligente e capaz que compõe a chapa com ela, se eleitos os dois com o voto de vocês, no dia 17 de março eu assino aqui o asfalto para começar daqui para lá. Um abraço!"

Essa é a ação judicial, criminosa contra o governador. E hoje é dia 18 de março e ele não esteve em Braço do Norte ontem. Mandou gravar para ninguém duvidar, marcou a data, dia 17 de março, se a Zalene e o Charles ganhassem a eleição - isso está nos documentos, na degravação -, e marcou a data para ontem, dia 17 de março. Hoje é dia 18 de março, o prefeito Válio - o vencedor - e o vice-prefeito Valberto, do PT, estão em Braço do Norte deste ontem estendendo sua excelência, o governador, com os vários milhões que ele disse aqui que levaria a Braço do Norte no dia de ontem.

Portanto, srs. deputados e sras. deputadas, alguém ainda duvida da palavra desse homem que marca a data e não cumpre?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, acho que antes de o governador ir a Braço do Norte para levar os milhões, vai ter que passar por Santo Amaro da Imperatriz, onde houve a Festa do Milho agora, porque é mais um assunto que chegaria no Procon eleitoral, se tivéssemos aqui em Santa Catarina e no Brasil um Procon eleitoral.

Ainda bem que tinha alguém lá para gravar e que isso vai parar lá no Tribunal Regional Eleitoral; ainda bem que essas coisas têm que ser colocadas aqui, sim, para mostrar a forma como este governo tem tratado as pessoas no tempo de eleição, com mentiras e mais mentiras para ludibriar a atenção dos eleitores.

Parabéns a v.exa. por trazer a esta Casa, que é o espaço para isso, um assunto tão importante como este.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Vou continuar, deputado Kennedy Nunes, porque se tivéssemos perdido a eleição - eu disse isso antes do resultado -, iriam dizer que era choro de perdedor. Mas vou continuar cobrando porque a justiça tem que ser feita, porque a legislação eleitoral é para todos cumprirem e nós não vamos descansar enquanto não vermos essa eleição ser passada a limpo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - É só para esclarecer ao deputado Joares Ponticelli - e eu o admiro muito como Oposição, como defensor do seu partido, e admiro muito mais ainda por ser esse grande defensor da sua região, que é Tubarão -, que quando a Celesc foi levada para Criciúma, foi em função de um pedido da comunidade, um pedido dos prefeitos, da bancada de vereadores. E inclusive vereadores do seu partido assinaram, eu tenho comprovação e trago para v.exa., porque a SDR é em Criciúma, e a Fatma é em Criciúma. Enfim, qual foi a razão de eles pedirem isso? A razão de eles pedirem isso, v.exa. tem que entender, foi porque Criciúma é mais perto de Lauro Müller. Então, economicamente para eles ficaria mais perto.

Eu gostaria que v.exa. entendesse e...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu entendo que este não é o horário nem a forma de debater essa situação, ou seja, pela ordem, mas se vale para lá, vale para cá também.

Quero convidar a deputada Ada De Luca para nós irmos à Câmara de Vereadores de Tubarão na próxima semana para nos reunirmos com as lideranças da região inteira, porque não é isso que o povo está dizendo lá. A indignação com a atitude da Celesc de tirar o escritório de Lauro Müller e transferir para Criciúma, de tirar de Tubarão e transferir para Criciúma é muito grande.

Eu convido v.exa. para acertarmos com o presidente da Câmara e fazermos um debate lá na Câmara de Tubarão. E quero estender o convite ao dr. Eduardo Pinho Moreira, esse homem que não gosta de Tubarão, e comprova isso cada vez mais, para que participe também desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, público que nos acompanha nesta sessão, o deputado Jailson Lima trouxe aqui no pronunciamento dele um assunto que eu estava evitando falar.

O fato é que o major da Polícia Militar fez uma queixa-crime contra este parlamentar no Tribunal de Justiça por ser, em tese, responsável por todos os atos que eles dizem ser ilegais ocorridos entre 22 e 27 de dezembro. E temos ainda alguns dias para justificar no Tribunal de Justiça aquelas atitudes, aqueles episódios do mês de dezembro. Então, o Tribunal de Justiça, o desembargador responsável vai avaliar se arquiva a queixa-crime ou se pede autorização a esta Casa, ao Poder Legislativo, para processar este deputado, a pedido de um oficial, de um major da Polícia Militar. Como já soumos o deputado Jailson Lima, daria 20 e tantos anos de prisão para este sargento, agora investido no cargo de deputado, se acaso fosse condenado por todos os crimes que o referido major quer me imputar.

Isso é para vermos como está o tratamento no interior da Polícia Militar, no interior da caserna. Se até um deputado estadual querem prender por 20 e tantos anos na cadeia, como falou aqui o deputado Jailson Lima, imaginem o que estão fazendo com os companheiros que estão lá no dia-a-dia trabalhando! Por exemplo, neste momento, deputado Herneus de Nadal, deputado Pedro Uczal e demais deputados lá do oeste que conhecem o nosso chefe-de-gabinete, subtenente Flori Mathias, assim como conhecem Manoel João da Costa, o J. Costa, que também está no conselho de disciplina, o subtenente Flori Mathias está lá no quartel do comando-geral sendo inquirido pelo conselho de disciplina, que é uma peça de exceção interna da caserna, e nenhum juiz ou promotor vai assistir. E dentro da polícia, administrativamente, eles podem excluir o subtenente Flori Mathias e mais 18 companheiros que estão no conselho de disciplina, sem chance de apelação!

Então, os deputados do oeste que conhecem o subtenente Flori Mathias, uma pessoa que trabalhou a vida inteira lá, que já está na reserva remunerada, aposentado, mas está sendo inquirido no conselho de disciplina com vistas de ser excluído da Polícia Militar, mesmo já estando aposentado, porque no momento da história em que foi cobrado para estar junto com os seus, assim como todos os outros 18, não lhe faltou a coragem, a dignidade e a descendência para dizer: "Eu estou com os meus, estou aqui

junto com aqueles que trabalharam comigo a vida inteira, junto com os nossos familiares". Por não ter fugido à responsabilidade histórica, querem excluir um praça já na reserva, aliás, não só um, mas excluir 19.

Um deles é o soldado Elizeu Fontana, que querem excluir, e eu vou ler só um trechinho da sua história.

(Passa a ler.)

"Ingressou em agosto de 1977 na Polícia Militar. Sempre trabalhou no batalhão de São Miguel d'Oeste. Foi condecorado com a Medalha da Terceira Categoria e a Medalha Lara Ribas. Faz parte da Associação Soldado Diniz, que é formada por policiais militares e bombeiros militares. Dedicou sua vida exclusivamente à atividade policial militar. É católico e pai de uma filha menor de idade. Há seis anos faz parte do pelotão de policiamento tático, com atuação em 35 municípios na área do batalhão de São Miguel d'Oeste. Faz parte da Força Nacional de Segurança, tendo atuado nos Jogos Pan-americanos e no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, durante os últimos anos."

Eles querem excluir o soldado Flori, o J. Costa e mais 16, porque não fugiram da história de defender a sua dignidade e o respeito com a sua categoria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pedi a palavra apenas para registrar, com muita alegria, a presença dos dois empresários, Eduardo Tomazoni e Ivan Valendowski Filho. O Ivan é filho do ex-vereador Ivan Valendowski e, além de tudo, deputado Valmir Comin, é tuano apostólico romano praticante e foi o primeiro aluno da universidade, no vestibular da Udesc. E o Tomazoni é empresário de móveis da cidade de Brusque. São dois amigos que estão visitando a nossa Casa, o Parlamento catarinense, trazendo idéias para que possamos aprimorar as nossas atividades e a sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, esta Presidência dá as boas-vindas aos visitantes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, gostaria que v.exa., deputado Jorginho Mello, concedesse-me o tempo de dez minutos, aí eu ficaria mais feliz. Mas eu entendo o Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Gostaria, deputada, de poder fazer isso, mas, infelizmente, são cinco minutos. Ao PDT também são cinco, pois é o horário previamente estipulado. Mas, mesmo passando das 16h, a Ordem do Dia não iniciará sem ouvir v.exa., do Partido Republicano Brasileiro.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente.

Sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, há poucos momentos recebi um telefonema da vice-presidência da República marcando para a próxima semana a ida desta deputada a Brasília para combinarmos uma data para que o vice-presidente da República possa vir neste Poder Legislativo receber o Título de Cidadão Catarinense, deputada Ana Paula Lima.

Então, irei a Brasília para marcarmos uma data adequada para que v.exas. possam participar. Será muito louvável que José Alencar, nosso presidente de honra do meu Partido

Republicano Brasileiro, possa vir a Santa Catarina. É claro que aqui teremos várias lideranças de várias agremiações partidárias, porque nós faremos o convite para todas as bancadas participarem e compartilharem conosco desse momento maravilhoso de um homem que sofreu dez cirurgias, deputado Pedro Uczai, deu a volta por cima e já está trabalhando, despachando em seu gabinete e muito feliz, sempre com um sorriso alegre.

Isso é muito importante para nós, republicanos, porque temos na figura de José Alencar um exemplo de homem público, íntegro e uma figura histórica. Quem não gostaria de ter um José Alencar em seu partido? Sinto-me feliz e honrada por poder oferecer esse título de Cidadão Catarinense que v.exas. aprovaram aqui, deputado Darci de Matos e deputado Reno Caramori.

Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, tenho certeza de que v.exa. estará aqui presente nessa sessão de honraria a esse brilhante homem público do meu Partido Republicano Brasileiro. Então, quero fazer este registro.

O que me chamou muita atenção hoje foi ver na capa do jornal *Correio do Povo* a governadora de Porto Alegre, Yeda Crusius, às 7h, de chapéu, no meio do milharal, colhendo milho. Quero que v.exas. olhem! Ela está no meio do milharal, às 7h, de chapéu, colhendo milho!

É uma mulher bastante apedrejada e criticada! Pergunto a v.exas. por que essa mulher é tão perseguida? Por que essa governadora é tão apedrejada? Mas eu já respondo a pergunta: é porque ela levanta cedo, dá a cara para bater e trabalha; é porque quem trabalha é perseguido e a árvore que dá frutos é muito apedrejada.

Então, quero deixar essa mensagem a v.exas. porque nós temos que acreditar no trabalho feminino.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Gostaria de registrar a presença aqui nesta Casa do ex-deputado Sérgio Godinho, representante da serra catarinense, de Lages.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, esta Presidência também acolhe, com muita alegria, a presença do deputado Sérgio Godinho.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Da mesma maneira, gostaria de anunciar, com satisfação, a presença do prefeito de Botuverá, município vizinho a Brusque, sr. Zanor Sgrott, que está acompanhado do seu vice, Pedro Costa. Eles nos dão a honra de visitar o Parlamento Catarinense. Sejam bem-vindos! Estamos à disposição para continuar trabalhando pela nossa região, sr. presidente, que foi muito danificada e teve grandes perdas naquela catástrofe do dia 22 de novembro.

Desejo boas-vindas ao prefeito e vice-prefeito de Botuverá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia!

Srs. deputados, gostaria de pedir a colaboração dos srs. líderes para que solicitassem a todos os deputados que não estão presentes no plenário que saiam de seus gabinetes e compareçam à sessão. Nós temos uma matéria do Ministério Público que precisa de 21 votos para ser deliberada neste momento.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2009, de autoria do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça nas comarcas de Meleiro, Navegantes, Araranguá, Biguaçu, Concórdia e São Bento do Sul e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, lá na comissão de Constituição e Justiça nós já discutimos esta matéria na semana passada, e fizemos um apelo, deputado Manoel Mota, porque para os outros cargos até não haveria tanta urgência, mas a comarca de Meleiro foi instalada no dia 10 de fevereiro - e os deputados Valmir Comin e Manoel Mota estavam lá -, eu não pude participar porque era o dia da instalação da Segunda Vara em Braço do Norte também, porque em 2002 nós transformamos todos os municípios, pela lei do Judiciário, em sede de comarca.

Então, para o Judiciário instalar qualquer comarca, hoje, ele não depende de uma nova manifestação da Assembleia Legislativa, já há lei para isso. Mas no Ministério Público isso não ocorre! Em cada nova comarca instalada, o Ministério Público precisa encaminhar para cá o projeto de lei para a criação daquela promotoria pública.

Lá na comarca de Meleiro, desde o dia 10 de fevereiro, o promotor que está respondendo pela promotoria é o promotor da comarca mãe, que é Turvo. Mas hoje já é dia 18 de março e nós estamos há 36 dias com um promotor designado da comarca mãe para responder por uma promotoria, deputado Elizeu Mattos, que legalmente não foi criada ainda!

Então, nós temos extrema urgência da aprovação desta matéria porque a nossa preocupação é que daqui a pouco possa ser suscitada até a ilegalidade, deputado Herneus de Nadal, de atos que tenham sido praticados nesse período.

Assim sendo, é extremamente importante que esta Casa delibere sobre esta matéria ainda hoje, e já quero requerer à matéria dois turnos de votações, para que nós possamos, ao encerramento desta sessão ordinária, convocar uma extraordinária para votar o segundo turno e a redação final da mesma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, lutamos tanto para serem criadas comarcas na região, para virem os projetos, para terem encaminhamentos e essas comarcas, hoje, dependem desse projeto para que o Ministério Público possa instalá-las.

Então, nós fizemos um apelo, hoje, que foi aprovado na comissão de Finanças e Tributação, para que viesse a esta Casa o projeto no dia de hoje para a votação, mesmo ainda com a falta de uma comissão - nós nos reunimos aqui rapidamente e o aprovamos -, que é a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Por isso é importante e fundamental, pois com relação a essas comarcas que estão instaladas, o Ministério Público não tem como fazer a operação, está tendo dificuldade. Por essa razão a importância de aprovarmos esse projeto.

Assim sendo, nós estamos pedindo a todos que votem "sim" para que aprovemos esse projeto, e façamos a segunda votação e a votação da redação final para que possamos concluir e assim o Ministério Público poder instalar já o seu quadro em todas as comarcas que ainda estão descobertas.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Antes de conceder a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação, ao deputado Dirceu Dresch, solicito ao deputado Manoel Mota, ao deputado Antônio Aguiar, que está ao telefone, e a mais alguns deputados do PMDB, que já estavam aqui, que venham ao plenário para podermos ter o quórum de 21 votos.

Gostaria que v.exa. se preocupasse também em telefonar para alguns deputados que estão em seus gabinetes.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós fizemos um esforço de manhã, na comissão de Finanças e Tributação, e depois na de Trabalho, Administração e Serviço Público, e concordamos plenamente que seja agilizada a aprovação, nesta Casa, desse projeto que trata da criação das Promotorias de Justiça nas comarcas de Navegantes, Araranguá, Biguaçu, Concórdia e São Bento do Sul.

Então, é importante que ele seja aprovado para que possamos agilizar os trabalhos, pois há necessidade e uma expectativa da sociedade regional nessa aprovação, justamente para a Defensoria Pública estar mais próxima da população.

Obrigado!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente e demais srs. deputados, eu entendo que é muito importante votarmos hoje esse projeto de lei, uma vez que a comarca de Navegantes já existe há quase quatro anos e, conforme disse o nosso deputado Joares Ponticelli, na maioria dos municípios não foi criada ainda a promotoria pública.

Então, eu gostaria de pedir aos nobres deputados para que realmente possamos votar essa matéria, que é muito importante para o funcionamento da promotoria pública nesses municípios em que ela está sendo criada.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, certamente a paz entre as pessoas é o que todos nós almejamos, que é inclusive tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

Existem muitas coisas que deverão acontecer para que haja mais justiça entre as pessoas. A começar pela reforma tributária, pela questão da moradia, pela questão da educação,

pela questão da saúde e dos próprios atos e agilidade da Justiça. E esse projeto vem ao encontro do clamor da sociedade, no sentido de que haja mais justiça entre as pessoas, para termos mais paz entre os homens.

Então, se aprovarmos este projeto, seguramente iremos beneficiar toda a sociedade.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nós aceleramos a votação desse projeto na comissão de Finanças e Tributação, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, para que pudéssemos trazê-lo hoje para ser apreciado pelos srs. deputados.

Então, esta deputada está pronta para votar esse projeto tão importante para a população catarinense.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0002/2009.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" o rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

| | |
|------------------------------------|-----|
| DEPUTADA ADA DE LUCA | sim |
| DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL | sim |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR | sim |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR | sim |
| DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO | sim |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | sim |
| DEPUTADO DÉCIO GÓES | |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO | |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS | sim |
| DEPUTADO GELSON MERÍSIO | sim |
| DEPUTADO GENÉSIO GOULART | |
| DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN | |
| DEPUTADO HERNEUS DE NADAL | sim |
| DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS | sim |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | |
| DEPUTADO JEAN KUHLMANN | sim |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | sim |
| DEPUTADO JORGINHO MELLO | |
| DEPUTADO JOSÉ NATAL | sim |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | sim |
| DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA | |
| DEPUTADO MANOEL MOTA | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | sim |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | sim |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | |
| DEPUTADO PEDRO UCZAI | sim |
| DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS | sim |

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Votaram 27 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 27 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, solicito a v.exa., se a Mesa Diretora puder deliberar, que encerremos a presente sessão para votarmos a matéria em segundo turno e a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Marcos Vieira, esta Presidência vai atender a manifestação de v.exa. depois de votar as outras matérias.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, peço também que votemos em turno único o Projeto de Lei n. 0061/2009, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual de 2008/2011, que também recebeu parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Já está na pauta, deputado Marcos Vieira, e será deliberado.

Srs. deputados, esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n.0057/2008, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; Projeto de Lei n.0070/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; Projeto de Lei n. 0256/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig; e Projeto de Resolução n.0001/2007, de autoria da deputada Ada De Luca.

Comunica, outrossim, que a comissão de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0407/2008, de autoria de entidade social.

Consulto o deputado Rogério Mendonça, que não se encontra no plenário, sobre a discussão e votação da Mensagem n. 0793/2008, que dispõe sobre veto total ao PLC n. 0027/2008, de sua autoria, que altera dispositivos da Lei n. 6.745, de 1985, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em

plenário.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, consulto v.exa. e os demais líderes se podemos retirar essa matéria da pauta da Ordem do Dia de hoje, até pelo quórum qualificado, para deliberarmos sobre ela na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência consulta os srs. líderes sobre a possibilidade de retirar esta matéria da pauta da Ordem do Dia.

Já recebi também um pedido do deputado Marcos Vieira para que seja retirado um projeto da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Então, consultamos todos os srs. deputados se podemos retirar todas as mensagens da pauta da Ordem do Dia de hoje para serem deliberadas na semana que vem. E se for do consenso de todos os líderes, esta Presidência as retirará.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal, líder do governo.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Concordo, sr. presidente, mas sugiro, pela complexidade das matérias, que nós não deliberemos de uma única só vez, em um único só dia, as mensagens que são inúmeras, porque são ainda do ano transato.

Por isso quem sabe nós possamos deliberar, na semana que vem, mesmo com os prazos já exauridos, duas ou três mensagens a cada sessão. (Os líderes acquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a concordância dos srs. deputados, fica para a semana que vem a deliberação dessas mensagens.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0061/2009, de origem governamental, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual 2008-2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, as 16h27.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h27, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos

Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri

Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2009, em segundo turno, que cria Promotoria de Justiça nas comarcas de Meleiro, Navegantes, Araranguá, Biguaçu, Concórdia e São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria em segundo turno e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim", mais o voto do deputado Manoel Mota, que não pode deixar de votar senão Meleiro e Araranguá vão ficar sabendo disso, e mais os votos dos deputados Dirceu Dresch e José Natal.

Portanto, foram 26 votos.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h30.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professora Odetete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta preocupação com o comentário de um jornalista a respeito de suposto pagamento de sessões extraordinárias.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede um minuto de silêncio em respeito ao falecimento do deputado federal Clodovil Hernandes.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença do vereador Deyvisonn da Silva de Souza, presidente da Câmara Municipal da Laguna, e do prefeito Amarildo Matos de Souza, de Imaruí.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Reporta-se à indicação de sua autoria, que solicita do governador o envio de projeto aumentando a licença-maternidade.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Tece considerações a respeito de projeto que aumentaria a licença-maternidade.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita permissão para assinar indicação de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Defende indicação de sua autoria referente à pavimentação de rodovia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Justifica sua indicação referente ao município de Planalto Alegre.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Manifesta-se contrário à Indicação n. 0124/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0125/2009, de sua autoria.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Esclarece a Indicação n. 0130/2009, de sua autoria.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de autoria do deputado Ismael dos Santos, referente ao Colégio Shalon, de Blumenau.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Refere-se ao prêmio recebido por Marcelo Petrelli e ao desejo de homenageá-lo na Casa.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Esclarece a autoria de moção referente ao encaminhamento de projeto de lei liberando o auxílio reação aos agricultores que perderam suas safras.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Solidariza-se com a deputada Ana Paula Lima a respeito da moção de sua autoria.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Concorda com a liberação do auxílio reação aos agricultores de Ilhota.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Aborda pedido de informação, de sua autoria, sobre o motivo do desconto de um dia de remuneração dos servidores civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, regidos pela CLT.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) -

Registra a presença de vereador de São José do Cerrito.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do município de Armazém.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a realização de reunião na comissão de Agricultura sobre as pequenas indústrias de farinha de mandioca.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença do chefe da Polícia Rodoviária Federal de Maracajá.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Itajaí e Botuverá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, há muita gente assistindo à TVAL hoje e fiquei muito preocupado quando ouvi um comentário de um jornalista de uma emissora nacional, esta semana, dizendo que pela primeira vez ele havia assistido a uma sessão da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e ficara assustado quando viu que o presidente, em uma tarde, encerrara a sessão ordinária e convocara três sessões extraordinárias e que isso significaria que os deputados iriam receber três salários a mais.

Então, acho que é preciso - e olha que é um jornalista renomado - de vez em quando lembrar que essas convocações sucessivas de sessões extraordinárias não têm

absolutamente nenhuma remuneração, porque eu fiquei muito assustado quando ouvi do jornalista essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem. As nossas convocações, deputado Joares Ponticelli, há muito tempo já não são pagas. Mas nunca é demais repetir, até para que as pessoas saibam, que as sessões extraordinárias se destinam a agilizar o processo legislativo, a apressar a publicação, a facilitar a tramitação das matérias, mas sem nenhum ganho para os deputados, absolutamente. Repito, as sessões extraordinárias ocorrem para ganharmos tempo, e isso quando há consenso entre os srs. deputados.

Está feito o registro, deputado Joares Ponticelli.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0061/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, não poderíamos deixar de fazer aqui a solicitação do cumprimento de um minuto de silêncio pelo falecimento, ontem, do deputado Clodovil Hernandez, aos 71 anos. Eu entendo que, com suas diferenças e excentricidades, é um parlamentar que falece e que o Brasil inteiro conhece. Por isso, acho que nós deveríamos dedicar-lhe aqui um minuto de silêncio.

Ontem, eu estava comentando com a minha esposa sobre esse fato e assustei-me quando a CBN deu a notícia da morte dele, dizendo que o Ministério Público iria pronunciar-se se poderia haver a doação dos seus órgãos, uma vez que ele não tinha nenhum parente próximo. Aí eu fiquei pensando que Clodovil, que foi o segundo deputado mais votado da história de São Paulo, com quase meio milhão de votos, terminou a vida sozinho, sem ter um parente para dizer se poderiam ser doados os seus órgãos ou não. Mas daí eu pensei, tem justificativa! Nada melhor do que o Ministério Público decidir isso, porque Clodovil Hernandez não era de ninguém, era do Brasil. E foi isso que aconteceu.

Então, é por isso que eu respeito a pessoa, a história não só do estilista, mas do apresentador de TV, um homem polêmico. Não quero dizer aqui que eu concordo com tudo o que ele falou, mas vale, sim, esta Casa prestar essa homenagem.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência acata a solicitação de v.exa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença no plenário, na tarde de hoje, do vereador Deyvison da Silva de Souza, que é presidente da Câmara Municipal

da Laguna, e do nosso prefeito Amarildo Matos de Souza, querido amigo do Democratas de Imaruí, que está fazendo uma grande gestão, com o nosso apoio, com a nossa participação e a nossa torcida. Sucesso e bem-vindo a nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, esta Presidência faz o registro da presença do prefeito Amarildo Matos de Souza, de Imaruí.

Neste momento, esta Presidência acata o pedido do deputado Kennedy Nunes.

Convido todos os srs. deputados para ficarem de pé para fazermos um minuto de silêncio.

(Procede-se ao minuto de silêncio.)

Srs. deputados, vamos prosseguir na Ordem do Dia.

Esta Presidência, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0118/2009, de autoria da deputada Ada De Luca...

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, estou encaminhando como indicação ao sr. governador a proposta de ampliar a licença-maternidade para 180 dias para as servidoras efetivas gestantes e adotantes. Sei que só o Executivo tem a prerrogativa legal para encaminhar esse tipo de proposta para esta Casa, através de projeto de lei complementar. Mas quero colocar-me desde já como defensora dessa bandeira.

A ampliação da licença-maternidade das servidoras estaduais para 180 dias, válida também para as mulheres que adotarem filhos, colocará Santa Catarina de acordo com a Lei Federal n. 11.770. A Bahia, o Paraná e Rio Grande do Norte são alguns dos estados que já se adequaram a essa lei federal. Em Santa Catarina, o município de Florianópolis já deu o exemplo e adotou a licença-maternidade de 180 dias para as servidoras municipais.

Então, espero a colaboração, a compreensão do governador e dos nobres colegas.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputada Ada De Luca, gostaria de me solidarizar com v.exa. Como v.exa. colocou, esse é um projeto lei constitucional, uma lei nacional, que vale para todas as mulheres e que teria que valer também para as funcionárias públicas estaduais. Lei esta que em nível nacional vale tanto para a mãe quanto para aquela que adota. Aliás, essa parte da lei que vale também para as adotantes, orgulhosamente, sr. presidente, quando eu era deputado federal, eu fiz incluir na Constituição.

De forma que cumprimentando a deputada Ada De Luca manifesto a minha opinião favorável a essa indicação.

Muito Obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quanto a esse assunto, deliberamos aqui, em plenário, que iremos debater na semana que vem. Tanto é que foi retirado da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputada, esta Presidência está comunicando um requerimento da deputada Ada De Luca, que não foi retirado da pauta. O que foi retirado foram os vetos. É uma matéria solicitando ao governador do estado que seja reencaminhado o projeto.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apoio e subscrevo, se ela permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Consulto a deputada Ada De Luca se aceita a subscrição da deputada Ana Paula Lima.

A DEPUTADA ADA DE LUCA - Com certeza, sr. presidente. Até porque, sr. presidente, isso é uma prerrogativa legal, mas do governador. E entrará em consonância com a Lei n. 11.770, que já é uma Lei Federal. Inclusive, Florianópolis já deu esse exemplo.

Eu tenho certeza de que o governador vai ser sensível a esse encaminhamento, a todos os parlamentares e à saúde da nossa mulher e da nossa criança catarinense.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, esse projeto de lei de minha autoria e do deputado Peninha, lamentavelmente, foi vetado pelo sr. governador do estado, que disse que nós extrapolamos a nossa competência, em virtude de esse projeto legislar sobre matéria financeira.

Quero dizer a v.exas. que o projeto dava às mães mais 30 dias de licença e mais duas horas por dia, se elas quisessem, para alimentar seus filhos. Quanto aos pais, mesmo os adotivos teriam também 30 dias de licença-paternidade. Mas foi vetado pelo governador.

Então, amparo-me na solicitação da deputada Ada De Luca. Até fiz uma proposição ao governador do estado, no sentido de que mandasse um projeto de lei para cá antes de votarmos o veto, porque senão eu o derrubaria. E eu disse isso numa reunião com o sr. governador do estado, até porque esse projeto vai realmente beneficiar as mães que precisam estar próximas dos seus filhos.

É a mesma coisa com relação à paternidade, porque às vezes a mãe adoce após o parto e não tem com quem deixar o seu filho, o seu neném. Então, o pai também tem que ter o direito de ficar 30 dias de licença.

Esse é o teor do meu projeto de lei que foi vetado pelo sr. governador, porque sua assessoria entendeu que eu havia extrapolado a minha competência como parlamentar. Eu aceitei, mas reitero que coloquei uma proposição ao sr. governador do estado, no sentido de que enviasse para cá um projeto de lei ratificando essa questão, antes que seja apreciado o veto.

Então, concordo com a deputada Ada De Luca de que o governador deve mandar um projeto o mais brevemente possível.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de pedir à deputada Ada De Luca permissão para assinar a presente indicação e gostaria de dizer mais, que somos totalmente favorável ao projeto que visa estender esse benefício nacional ao estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Tenho certeza de que a deputada Ada De Luca permitirá a assinatura dos srs. deputados.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Perfeitamente, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0119/2009, de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabral...

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, para quem conhece a nossa região, essa estrada é a antiga BR-101, que ligava Santa Catarina ao Paraná, no trecho da BR-470, ligando o município de Navegantes ao município de Penha.

Acho que se trata de uma reivindicação justa, até porque os municípios não têm condições de pavimentar aquela via pública, que já pertencia ao governo do estado.

Solicito, então, ao nosso secretário, deputado Mauro Mariani, que estude com carinho essa reivindicação, uma reivindicação justa e que vai incrementar o turismo na nossa região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feitas as considerações pelo deputado Adherbal Deba Cabral, comunicamos também que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0120/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0121/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Presidente Jorginho Mello, temos uma situação, digamos, delicada no município de Planalto Alegre. O carro da Polícia Militar e, inclusive, o da Polícia Civil estão sem condições absolutas de trabalho. Por isso, justifica-se o pedido do prefeito da cidade e das próprias Polícias Militar e Civil de ter um veículo de qualidade para poder exercer o trabalho com qualidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Indicações n.s: 0122/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0123/2009 e 0124/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero mostrar a minha posição contrária ao conteúdo dessa indicação. Evidentemente que não é nenhuma questão pessoal; é uma posição contrária, porque acho que não é esse o tratamento que deve ser dado para a resolução da crise.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O encaminhamento foi dado com voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares.

Dando continuidade, Indicação n. 0125/2009, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Presidente, quanto a esse pedido que fizemos através da Casa, já mantivemos contato com a secretária da Saúde e está praticamente acertada a transferência de um veículo para os municípios de Araquari e São Francisco do Sul.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Indicação n. 0130/2009, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - No município de Joinville temos uma comissão permanente de segurança e temos a SDR. Os municípios da região fazem parte dessa secretaria, entre os quais estão Barra Velha e São João de Itaperiú, nesse processo de descentralização do sr. governador. Em Barra Velha e em São João do Itaperiú a Polícia Militar também está ligada ao comando de Joinville. Mas, por incrível que pareça, a Polícia Civil dessas cidades está submetida à SDR de Itajaí, o que é um contra-senso sem precedentes, uma coisa sem propósito.

Aproveitamos a oportunidade, já que tivemos hoje, na comissão, a presença do secretário da Segurança, para levantar essa questão e ele nos pediu que fizéssemos por escrito. Então, estamos fazendo através da Casa e vamos encaminhar um ofício para esse secretário, a fim de que tenhamos regularizada essa situação de Barra Velha e de São João do Itaperiú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência comunica que deferiu os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense do Ministério Público no estado, cumprimentando-os pelo evento de mobilização do Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, cumprimentando-o pelo evento de mobilização do Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a instalação da 3ª Vara no Fórum da Comarca de Içara.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ada De Luca, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, cumprimentando-o pelo evento de mobilização do Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao corregedor-geral da União em Santa Catarina, cumprimentando-o pelo evento de mobilização do Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes, pedindo o cronograma para a duplicação do trecho entre os municípios de Navegantes e Indaial.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos de Blumenau, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Vivo, pedindo a instalação de serviços de telefonia móvel no município de Arbutã.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Gaspar, Indaial, Florianópolis e São José, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Força Sindical do estado, cumprimentando-o pela inauguração da nova sede daquele sindicato.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo início do ano maçônico no estado.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, cumprimentando-o pela posse dos novos diretores.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Unisul, cumprimentando-o pela posse no cargo.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, cumprimentando-o pela conquista do prêmio Top Turismo ADVB/SC 2008 e do Troféu Beto Carrero de Excelência.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Campo Alegre, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores do Colégio Shalom, no município de Blumenau, cumprimentando-os pelo aniversário de fundação daquele colégio.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de subscrever este requerimento de autoria do deputado Ismael dos Santos, parabenizando o Colégio Shalom, da cidade de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Tenho certeza de que mesmo o deputado não estando presente concordará com a sua subscrição.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente interino da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, cumprimentando-o pela assunção ao cargo.

A Presidência defere de plano. Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas do Vale do Itapocu, no município de Jaraguá do Sul, cumprimentando-o pela posse no cargo.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ex-presidente da

Associação das Micro e Pequenas Empresas do Vale do Itapocu, no município de Jaraguá do Sul, cumprimentando-o pelos serviços prestados em prol daquela associação.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, cumprimentando-o pela recondução à presidência daquela federação.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul, cumprimentando-o pela recondução ao cargo de presidente daquela associação.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao vice-presidente executivo da RIC Record e jornal *Notícias do Dia*, cumprimentando-o pela conquista do prêmio Personalidade de Vendas ADVB 2009.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Apresentei este requerimento, Sr. presidente, e também fiz um requerimento verbal para que nós pudéssemos, através da Casa, confeccionar uma placa em homenagem ao sr. Marcelo Petrelli, cumprimentando-o pelo prêmio que recebeu. Solicitamos também a essa Presidência que, após confeccionada a placa, marque uma data oportuna para entregá-la aqui ao homenageado.

Eu fiz esse pedido verbalmente e estamos encaminhando-o via ofício a v.exa., presidente desta Casa, para que possamos trazer aqui o homenageado. Eu gostaria que v.exa., inclusive, participasse dessa nossa homenagem e, quem sabe, num momento especial da Casa, não precisa ser numa sessão solene, ele pudesse manifestar-se e, ao mesmo tempo, receber a placa. Dessa forma faríamos uma grande homenagem a esse grande empresário catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência submeterá a todos os líderes essa solicitação assim que estiver de posse do seu pedido por escrito, deputado.

Requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Colégio Industrial, no município de Lages, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação daquele colégio.

Requerimento de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Campo Alegre, Gaspar, São José, Jardinópolis, Turvo, Anchieta, Indaial, Florianópolis, Caçador, Sangão, Coronel Martins, Macieira, Campos Novos, Morro Grande, Capivari de Baixo, Cordilheira Alta, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Ipuçu, Vargem Bonita, Arabutã e São João do Itaperiú, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, pedindo o encaminhamento de projeto de lei liberando o auxílio reação aos agricultores que perderam suas safras.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA - Sr. presidente, quero aqui apenas fazer justiça porque os deputados Adherbal Deba Cabral, Cesar Souza Júnior, Rogério Mendonça, Ismael dos Santos e Giancarlo Tomelin, que estiveram na audiência pública na data de ontem, também assinaram essa moção a ser encaminhada ao governador do estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Queria somar-me a essa moção da deputada Ana Paula Lima referente a muitos agricultores, principalmente os que produzem arroz, milho, cujo lucro é extremamente pequeno. Hoje se vende o arroz a R\$ 20,00, R\$ 23,00 o saco e o custo de produção fica entre R\$ 18,00 e R\$ 19,00. Então, a margem de lucro é muito pequena.

Essa enchente, essa catástrofe tomou, em alguns casos, até mais da metade das propriedades. Por isso é claro que esses agricultores terão que ter um apoio especial para poderem voltar a essa atividade tão importante para Santa Catarina e para o Brasil.

Obrigado!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, acho que é muito importante esse pedido de autoria da deputada Ana Paula Lima, subscrito por outros deputados, até porque ontem tivemos uma audiência pública, conforme relatou a deputada, no interior de Ilhota, no Braço do Bau, onde estiveram presentes mais de mil pessoas e sentimos de perto o que aconteceu naquela região.

Assim sendo, precisamos fazer muito e muito para que possamos recuperar aquela comunidade que era composta de pessoas que produziam para Santa Catarina, de agricultores que tinham suas residências e perderam-nas, e outros praticamente perderam toda sua plantação.

Então, é muito importante que o auxílio reação, cujo valor ainda temos disponível na Defesa Civil, seja estendido também a essas pessoas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Estão feitos os encaminhamentos e as considerações do deputado Adherbal Deba Cabral, e temos a subscrição de todos os srs. deputados citados pela deputada Ana Paula Lima.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviado ao secretário da Administração e ao procurador-geral do estado, solicitando informações sobre o motivo do desconto de um dia de remuneração dos servidores civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, regidos pela CLT.

Em discussão.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, só para explicar melhor sobre esse problema, fomos procurados por alguns servidores públicos estaduais, inclusive comissionados, ACTs e funcionários efetivos, que estão tendo descontado dos seus salários um dia de trabalho, mesmo aqueles que não são filiados à sindicatos.

Então, é muito importante que a Procuradoria Geral do Estado, o governo do estado, através da secretaria de Administração, e o próprio Judiciário, façam todo o possível para que essas pessoas não tenham descontado um dia de trabalho, já que realmente têm que trabalhar durante 30 dias, principalmente aqueles que não são filiados a esse sindicato.

Então, é muito importante que o governo do estado, através dos órgãos competentes, possa interceder. Vamos ver a parte legal, a parte jurídica, para que seja descontado de quem realmente pertence ao sindicato, mas aquele que não pertence não pode ter seu dia descontado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as demandas pendentes relacionadas à reconstrução dos imóveis atingidos pela catástrofe recentemente ocorrida no município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Fim das matérias constantes da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Só queria registrar a presença do vereador Antônio Paes, lá do município de São José do Cerrito, que hoje nos visita, dia em que estamos contando somente com energia elétrica aqui no plenário, enquanto o restante da Casa está no escuro. Mas nós, aqui, estamos trabalhando.

Quero dar as boas-vindas ao vereador Antônio Paes, do município de São José do Cerrito.

Queria aproveitar para comunicar que estou declinando da minha inscrição para falar em Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, da mesma forma, gostaria de registrar a presença do Francisco dos Santos Silva, presidente do diretório do PSDB de Armazém; do José Volnei, diretor da Rádio Cidade Amiga, de Armazém, e do Nelson Nazário, que é presidente

da Associação Cultural de Armazém, que estiveram nesta Casa, na tarde de hoje, no meu gabinete e com v.exa.

Então, faço este registro e também declino da palavra, sr. presidente. Estava inscrito para falar depois do deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu queria só registrar que, logo após esta sessão, nós teremos uma reunião da comissão de Agricultura sobre uma polêmica já tratada em vários momentos aqui nesta Casa, que é a questão da autorização de funcionamento das nossas empresas, pequenas indústrias de farinha de mandioca.

O deputado Moacir Sopelsa acompanhou as tratativas no ano passado, e vamos ter uma reunião, hoje, com o Ministério Público, as organizações, as associações da região e as lideranças para discutir esse tema. Convido os demais deputados da comissão de Agricultura.

Terminou neste momento a reunião com o governador do estado e as centrais

sindicais, que foi muito produtiva. O governador comprometeu-se, em 30 dias, a negociar com os parlamentares da base do governo inclusive, e apresentar o projeto do piso salarial.

Esperamos que até o dia 07, numa nova reunião, já tenham sido feitos os encaminhamentos, e convido o deputado Manoel Mota, líder do governo, para ajudar nessa articulação.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero registrar a presença do Wagner, o chefe da Polícia Rodoviária Federal da minha região, uma grande liderança de Maracajá, que vem a trabalho, e dá-nos a honra de sua participação neste Parlamento, no dia de hoje.

Para nós é uma honra poder registrar nos anais desta Casa a presença dessa grande liderança da cidade de Maracajá.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o

sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria destacar a presença do vereador Clayton Luiz Batschauer, de Itajaí, que acompanha os trabalhos desta Casa, bem como do vice-prefeito Pedro Paulo Costa e do prefeito Zanor Francisco Sgrott, de Botuverá.

Queria cumprimentá-los, desejando boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência recebe com muita alegria esta manifestação.

Srs. deputados, pela falta de energia, acho que não há muito interesse por parte de alguns dos srs. deputados em falar, mas esta Presidência deixa livre a palavra aos srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo deputados que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a presença de todos e, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 117, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica - Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de março de 2009 (DL - Consultoria Legislativa).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 118, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **AIDA CUNHA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2126, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2009 (Comissão de Saúde).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 119, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2370/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do

código PL/TEL-40, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 29/12/08.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 120, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2361/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **ARACI FRANCISCA DA SILVA**, matrícula nº 4991, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-31, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 15/12/08.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 121, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2374/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **MARCELO HENRIQUE BELLO**, matrícula nº 2167, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-41, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 29/12/08.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 122, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1886/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **ANGELINO SAVIO QUARTIERO**, matrícula nº 1376, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 29/12/08.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 123, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2377/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **VICENTE CRAVO DI PIETRO**, matrícula nº 1274, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 29/12/08.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 124, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2311/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **LUIZ GONZAGA DE LIMA**, matrícula nº 3541, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-31, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 15/12/08.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 125, de 26/03/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

| Nome Servidor | Matr | Processo nº | Nível | Vigência |
|-------------------------------|------|-------------|----------------|----------|
| Marilu Lima de Oliveira | 1531 | 1984/08 | Especialização | 16/02/09 |
| Eduardo Balduino Marchry | 0840 | 2236/09 | Especialização | 04/12/08 |
| Vilma Cardoso | 1119 | 2260/08 | Especialização | 09/12/08 |
| Carlos Cesar de Oliveira | 1087 | 2267/08 | Especialização | 10/12/08 |
| Alexandre Pantaleão Athanasio | 0882 | 2338/08 | Especialização | 16/12/08 |

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador- Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1679ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1679ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0395/09, de Elizabeth Cristina da Luz; Processo nº 0396/09, de Kelen Beatriz Bardini; Processo nº 0400/09, de Jaison Jarbas Silveira; Processo nº 402/09, de Fabiana Mecabo e Ofício nº 008/DAT/2009 de 09/03/09, Interessado: Diretor Administrativo e de Tecnologia "impressão de material de gabinete parlamentar na Gráfica da ALESC". 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0393/09, de Andre Ricardo de Souza; Processo nº 0394/09, de Vilma Renato Machiavelli; Processo nº 0403/09, de Frederico Rodolfo Brum; Processo nº 0179/09, de Maria do Rocio Barreto da Silva; Processo nº 0207/09, de Célia Regina Ranzolin e Ofício CI nº 018/2009 de 16/02/2009, interessado: Deputado Estadual Rogério "Peninha" Mendonça "análise e parecer que altere o inciso IV do art. 4º da Resolução nº 011/03 de 21/10/03. 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0370/09, de Mauro César Basílio; Processo nº 0392/09, de Manoel Gonzaga de Oliveira Neto; Processo nº 0377/09, de Cristiane Heberle; Processo nº 0387/09, de Juliana Cadore Coutinho e Consulta - Of. CL. nº 061/2009 de 10/03/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão - aquisição de vacinas para a ALESC". Continuando, o Relator deu conhecimento do parecer exarado na ADI nº 2008.007244-5, Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina e Requerido: Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 4) Relatoria da Dra. Fábio de Magalhães Furlan, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0373/09, de Marcelo Sato Rosa; Processo nº 0374/09, de Elaine Maria Amim Helou; Processo nº 0386/09, de Nilza Balvedi Iacovski, e retirado de pauta pelo Relator o Processo nº 0180/09, de Neroci da

Silva Raupp. 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0319/09, de Luiz Alberto Metzger; Processo nº 0335/09, de Maria Luiza Brasil; Processo nº 0336/09, de Clarice Rosa Kuhl; Processo nº 0375/09, de Alexandre Correa Rosa; Processo nº 0376/09, de Dilma Cruz Pereira, e aprovado por maioria pelo indeferimento o Processo nº 0281/09, de Antonio Carlos Kormann. Do mesmo modulo, também, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Of. GAB/PGE nº 391/09 de 02/03/2009, Interessado: Sadi Lima - Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina "Recolhimento da Contribuição SINDICAL, a partir do corrente exercício de 2009, abstendo-se de votar o Dr. José Carlos da Silveira. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0385/09, de João Roberto Pio; Processo nº 0389/09, de Maristela Fabiana Schwanz; Processo nº 0380/09, de Orlando Machado Junior; Processo nº 0381/09, de Leo Baggio; Processo nº 0306/09, de Ângela Aparecida Bez, abstendo-se de votar neste último, pelo grau de parentesco, a Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, continuando, Consulta - Of. CL. nº 060/2009 de 10/03/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão - contratação de empresa para fornecimento de placas e medalhas" e Consulta - Ofício DIR nº 024/2009, de 27/02/2009, Interessada: Diretoria de Comunicação Social "solicitação do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, a respeito dos jornalistas que atuam na ALESC". 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0382/09, de Leomar Balbinot; Processo nº 0384/09, de Jorge José Salum Junior; Processo nº 0383/09, de Simone Maria Bertuol Kuste; Processo nº 0388/09, de Paulo de Tarso Vieira Junior e Processo nº 0404/09, de Antonio Felix de Souza Amorim. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0397/09, de Iraci Terezinha Rezin; Processo nº 0398/09, de José Paulo Cascaes; Processo nº 0399/09, de Eduardo Rocha Caramori; Processo nº 0295/09, de José Bertoldo dos Santos. Retirado de pauta com pedido de vista: Processo nº 0171/09, de Túlia de Freitas Ribeiro, ao Dr. José Carlos da Silveira e o Processo nº 1995/08, de Marcos Graff Cesar, ao Dr. José Buzzi. 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0390/09, de Jandira Leonilda Menezes; Processo nº 0391/09, de Nilzete Althoff Bolan Borges; Processo nº 0378/09, de Danielle Di Domenico; Processo nº 0379/09, de Roberto Bohnenberger e a Consulta - Ofício nº 049/2009, de 25/03/2009, Interessado: Nazareno Juttel - Gerente de Recursos Humanos da Secretaria da Fazenda "ressarcimento de remuneração de deputado". Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente, convocando reunião extraordinária para o dia 25 de março de 2009. Sala das Sessões, em 18de março de 2009.

*** X X X ***

**ATAS DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 11 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia onze do mês de março do ano de dois mil e nove, sob a Presidência da Deputada Ana Paula Lima, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, com a presença dos Deputados: Kennedy Nunes, José Natal Pereira, Odete de Jesus, Ismael dos Santos, Genésio Goulart. (apresentou justificativa). A Presidente agradeceu a presença dos Deputados, e colocou em votação a aprovação a Ata da Reunião de Instalação da Comissão, ocorrida no dia dezoito de fevereiro de dois mil e nove, na qual ficou a presidência com a Deputada e a Vice-presidência com o Deputado Kennedy Nunes, aprovada por unanimidade, prosseguindo a pauta que foi encaminhada aos Deputados: OF./0009.6/2009, com o Deputado Genésio Goulart; o OF.0012.1/2009, com o Deputado Kennedy Nunes; o OF./0388.8/2008, com o Deputado Ismael dos Santos, OF./0398.0/2008, com a Deputada Professora Odete de Jesus; o OF.0399/2008, com o Deputado Genésio Goulart; o OF./0406.4/2008, com o Deputado Cesar Souza Junior, PL./0003.4/2009, redistribuído ao Deputado Ismael dos Santos; por fim, com o Deputado Rogério Mendonça o OF./0407.5/2008. Em seguida passou-se Aos Pareceres, a Deputada Professora Odete de Jesus, passou a relatar o PL./0090.8/2007, apresentou parecer por audiência pública, que foi aprovado por unanimidade. A Presidente aguarda a Deputada Relatora definir a data e local. Continuando a Deputada Professora Odete de Jesus relata o PL./0532.2/2007, relatório por diligência, aprovado por unanimidade. A Presidente convida o Deputado José Natal Pereira a relatar o parecer no OF./0407.5/2008, que emitiu parecer favorável, aprovado por unanimidade. A seguir a Presidente informou a justificativa de ausência do Deputado Genésio Goulart. Na sequência a Deputada Presidente passou a relatar o PL./0249.2/2007, exarando parecer pela aprovação, que foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais projetos a relatar a Presidente passou à deliberação dos requerimentos encaminhados à Comissão. O primeiro Requerimento solicitado pelo Deputado Pedro Uczai, agendamento de Audiências Públicas para "Criação da Defensoria Pública no Estado Santa Catarina". Com as seguintes datas pré-agendadas: 26 de março - Chapecó; 22 de abril - Joinville; 19 de maio - Florianópolis; 17 de junho - Lages; 22 de julho - Criciúma e 19 de agosto - Blumenau. Posto em discussão e votação somente a data de 26 de março, aprovado por unanimidade. Mensagem de veto do Governador, referente ao PLC/027/2008, teceram comentários sobre o veto e a possibilidade da derrubada deste, os senhores Deputados José Natal e Kennedy Nunes. A seguir a Presidente leu os ofícios recebidos: da Sra. Derlei C. de Luca - Comitê Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, Carta dos Presos do Cadeião Estreito (25/02/09), que após varias manifestações definiu-se fazer uma visita conjunta desta com a Comissão de Segurança Pública e, enviar cópia desta carta ao Ministério Público, OF./002/2009 - Ministério Público Federal da Dra. Analúcia Hartmann - a Deputada Presidente sugeriu uma moção às emissoras, ao Congresso Nacional e Câmaras de Vereadores, o que foi acatado por todos. Dando sequência a Presidente informou que a Comissão recebeu da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (28/01/2009), o Relatório das Jornadas Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida, desenvolvidas em 2008, nos municípios de Chapecó, Joaçaba, Lages, Joinville, Florianópolis, Palhoça e Criciúma, solicitando uma reunião com Comissão; e também o e-mail do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga - Sra. Eliz Marline Wiggers, relatando a situação de violência doméstica, solicitando atenção e material informativo "Lei Maria da Penha", será tomada as providências. E a respeito do OF (16/01/2009) da ANASTRA-Associação Nacional de Praças, "solicitando acompanhamento dos Militares nas suas tratativas junto ao Senhor Governador e Comando da Polícia Militar", a Presidente deu a palavra ao Deputado Sargento Amauri Soares, que relatou a situação e preocupação dos praças e a sua própria situação, enquanto Deputado e oficial, a Presidente sugeriu e foi aprovada uma reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Segurança Pública. Por fim o Deputado Ismael dos Santos agradeceu o acolhimento nesta comissão. Antes de encerrar a reunião a Presidente agradece a participação dos Deputados, dos funcionários, da imprensa, da TVAL, do som e funcionários da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Maria de Lourdes Nasário, Chefe de Secretária, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. sala das Comissões, em 18 de março de 2009.

Florianópolis, 18 de março de 2009

Deputada Ana Paula Lima

Presidente

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As dezesseis horas e quinze minutos do dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os senhores Deputados: Genésio Goulart, Herneus de Nadal, Ismael dos Santos, Nilson Gonçalves, Pe. Pedro Baldissera, Kennedy Nunes e Professora Odete de Jesus, para instalação e eleição do Presidente e Vice Presidente da Comissão de Legislação Participativa. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Genésio Goulart, o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome da Senhora Deputada Professora Odete de Jesus para Presidente e do Senhor Deputado Nilson Gonçalves como Vice-Presidente. Sendo eleitos por unanimidade. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, a Senhora Deputada Professora Odete de Jesus, agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente convocou os Senhores Deputados nos Termos Regimentais para na terça-feira, dia três de março do ano de dois mil e nove, às onze horas, para uma reunião na sala das Comissões. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Ademir Gasstmann, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e demais membros e posteriormente encaminhada para publicação no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2009.

Deputada PROFESSORA ODETE DE JESUS - Presidente

Deputado GENÉSIO GOULART

Deputado HERNEUS DE NADAL

Deputado ISMAEL DOS SANTOS

Deputado NILSON GONÇALVES

Deputado PE. PEDRO BALDESSERA

Deputado KENNEDY NUNES

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e nove, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Manoel Mota, Kennedy Nunes, Dirceu Dresch em substituição ao deputado Décio Góes, Silvío Dreveck, José Natal, Renato Hinnig, Darci de Matos e a Profª Odete de Jesus. Ato Continuum, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 2ª reunião ordinária, que, em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Marcos Vieira fez alusão à presença do Dr. Alex Cruz, do gabinete do Procurador Geral da Justiça no recinto e apresentou aos parlamentares os servidores da Coordenadoria do Orçamento, para apresentarem o sistema informatizado para tramitação e apresentação de emendas ao orçamento de dois mil e dez. Pelo site explicaram eles, acessa-se o link Orçamento Estadual, onde pode ser acompanhado o fluxograma, o sistema de cadastro de emendas, vídeo-aula, orientando como proceder para apresentação de propostas à Peça Orçamentária. Também constam os textos integrais do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). O Presidente, deputado Marcos Vieira, destacou a eficiência da estrutura disponibilizada pela Coordenadoria do Orçamento Estadual da Casa, que segundo ele, vem sendo aperfeiçoado a cada ano, atendendo à necessidade dos servidores e parlamentares. Acrescentou ainda que em abril, será ministrado um curso para maior capacitação dos assessores parlamentares. Os deputados, José Natal, Renato Hinnig, Silvío Dreveck e Manoel Mota, elogiaram o comprometimento da equipe na elaboração das Peças Orçamentárias do Estado e o grande avanço que o projeto implantado trará, não só para o trabalho do parlamentar, como também, no que tange a transparência na utilização do bem público. Com a palavra, o deputado Manoel Mota, relatou o PLC/0036.8/2007, seu voto foi pelo arquivamento do projeto, que por erro de tramitação, foi retirado de pauta e posteriormente arquivado. A palavra, é passada ao deputado Kennedy Nunes que relatou o PL./0135.4/2007, sendo seu voto pelo encaminhamento à Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, alegando que o mesmo não se enquadra no mérito da Comissão de Finanças e Tributação, em discussão, o Presidente, concede voto vista em Gabinete para a deputada Professora Odete de Jesus e ao deputado Dirceu Dresch. Prosseguindo o deputado Silvío Dreveck, relatou o PL./0363.3/2008, seu voto foi pelo diligenciamento, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o deputado Renato Hinnig relatou o PL./0229.9/2008, seu voto foi pela aprovação, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência relatou o OF./008.5/2009, seu parecer foi pelo encaminhamento de ofício ao Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Antônio Marcos Gavazzoni, convidando-o apresentar o relatório de Gestão Fiscal do quarto quadrimestre de dois mil e oito, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, cabendo ao Presidente enviar o convite e agendar a data. Continuando, o deputado Darci de Matos relatou o PLC/0023.3/2008, seu voto foi pela aprovação, em discussão foi concedido vista em gabinete aos deputados: Renato Hinnig, Dirceu Dresch e Kennedy Nunes. O Presidente com a palavra, relatou os projetos, PLC/0002.9/2009, seu voto foi favorável com Emenda Modificativa, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, PLC/0026.6/2008 e o PL.0061.3/2009 seu voto foi pela aprovação, em discussão, foi concedido vista em Gabinete à deputada Professora Odete de Jesus, deputado Manoel Mota e Silvío Dreveck. Não mais havendo matéria a ser relatada. O Presidente encerrou os trabalhos da

presente reunião, a qual eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em dezoito de março do ano de dois mil e nove.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2009

OBJETO: Contratação de empresa especializada para remodelação de Estande com 40m² na 22ª Feira da Esperança que funcionará nas dependências do Centro de Convenções de Florianópolis (Centro Sul), incluindo o fornecimento de material e mão de obra qualificada.

DATA: 13/04/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de abril de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 25 de março de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 026/09

MUTIRÃO DO AMOR - Sociedade Beneficente

Joinville, 20 de março de 2009

A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - Centro
Comissão de Justiça
88.020-900 - Florianópolis

Prezados Senhores,

Dirigimo-nos à V. Sas. para enviar cópia dos documentos abaixo relacionados:

Balanco Financeiro em 31.12.08
Estatuto atualizado
Relatório de Atividades
Ata nº 107 sobre eleição da atual Diretoria
CNPJ atualizado
Identidade: Presidente, tesoureira, secretária
Folha Corrida: Presidente, tesoureira, secretária
Relação das doações de 2.008

Agradecemos pela atenção que esta ASSEMBLÉIA dispensa à nossa entidade, o que nos motiva a continuar com o nosso ideal de trabalho voluntário em prol de famílias carentes.

Aguardamos a confirmação do recebimento dos documentos acima e aproveitamos a oportunidade para enviar

CORDIAIS SAUDAÇÕES
MUTIRÃO DO AMOR
Sociedade Beneficente
Mery Paul - Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/09

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BLUMENAU

Oficínio nº 21 Blumenau, 16 de março de 2009

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Assembléia
Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis

Estamos encaminhando, a Vossa Senhoria, o Relatório do exercício de 2008, da Rede Feminina de combate ao Câncer, de Blumenau.

Certas de termos atendido a todos os requisitos, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Aglaê Nazário de Oliveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 028/09

Hospital e Maternidade Dom Joaquim

Ofício nº 011/2009/AHMDJBrusque/SC, em de 20 de março de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JORGINHO DOS SANTOS MELLO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente:

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos à elevada presença de V. Ex.ª, em nome da Associação Hospital e Maternidade Dom Joaquim, inscrita no CNPJ nº 82.991.860/0001-07, encaminhas em apenso, as demonstrações contábeis relativas ao ano de 2008, o relatório circunstanciado, a declaração de cumprimento e realização de atividades, a cópia do Estatuto em vigor e a Certidão atualizada de Personalidade Jurídica, desta Entidade de utilidade pública estadual, reconhecida preconizadas no Artigo 3º da Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

Certos de termos cumprido o que preconiza a referida norma legal, ficamos no aguardo da apreciação e aprovação dos referidos documentos.

Respeitosamente,

ADÃO CARLOS MACHADO MARCELINO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/04

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 618, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ERMELINDO JOÃO DALPIVA DE CAMPOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Deputado Pedro Baldissera).
Paulo Ricardo Gwoszd
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 619, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor FABIANO PASSAMAI MANARIN, matrícula nº 6022, nomeado pela Portaria nº 482, de 09/03/09, fazendo constar como sendo **FABIANO POSSAMAI MANARIM**.

Paulo Ricardo Gwoszd
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 620, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2009.

| Matr | Nome do Servidor | FUNÇÃO |
|------|-------------------------------|----------------------|
| 1332 | Hélio Estefano Becker Filho | Pregoeiro |
| 2169 | Sinara Lúcia Valar Dal Grande | Pregoeiro substituto |
| 2543 | Juçara Helena Rebelato | Equipe de apoio |
| 0947 | Valter Euclides Damasco | |

Paulo Ricardo Gwoszd
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 621, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Liderança do PP **JOSE MILTON SCHEFFER**, servidor do Poder Executivo - EPAGRI, colocado à disposição na

Assembleia Legislativa pelo Ato nº 278, de 17/02/2009, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 622, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0262/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER à servidora **ELIANA BARCELOS**, matrícula nº 4346, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 12/02/04 a 11/02/09.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 623, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|-----------------------|------|------------|-------|----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| Kelen Beatriz Bardini | 4109 | 3% | 6% | 01/02/09 | 0396/09 |
| Iraci Terezinha Rezin | 4134 | 3% | 6% | 01/02/09 | 0397/09 |
| José Paulo Cascaes | 4137 | 3% | 6% | 01/02/09 | 0398/09 |

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 624, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|------------------------------|------|------------|-------|----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| Luiz Alberto Metzger Jacobus | 1912 | 3% | 30% | 01/02/09 | 0319/09 |
| Maria Luiza Brasil | 1134 | 3% | 36% | 15/02/09 | 0335/09 |
| Clarice Rosa Kuhl | 1137 | 3% | 36% | 15/02/09 | 0336/09 |
| Mauro Cesar Basilio | 2280 | 3% | 18% | 03/02/09 | 0370/09 |
| Marcelo Sato Rosa | 4130 | 3% | 6% | 01/02/09 | 0373/09 |
| Elaine Maria Amin Helou | 4020 | 3% | 6% | 11/02/09 | 0374/09 |
| Leomar Balbinot | 4011 | 3% | 6% | 31/01/09 | 0382/09 |
| Jorge José Salum Junior | 1970 | 3% | 36% | 09/03/09 | 0384/09 |

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 625, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|---------------------------------|------|------------|-------|----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| João Roberto Pio | 1175 | 3% | 36% | 01/03/09 | 0385/09 |
| Maristela Fabiana Schwanz | 4218 | 3% | 6% | 01/02/09 | 0389/09 |
| Nilzete Althoff Bolan Borges | 1095 | 3% | 30% | 03/02/03 | 0391/09 |
| Jandira Leonilda Menezes | 1152 | 3% | 36% | 15/02/09 | 0390/09 |
| Manoel Gonzaga de Oliveira Neto | 1302 | 3% | 36% | 18/02/09 | 0392/09 |
| André Ricardo de Souza | 3430 | 3% | 9% | 31/01/09 | 0393/09 |
| Vilmar Renato Machiavelli | 4077 | 3% | 6% | 31/01/09 | 0394/09 |
| Elizabeth Cristina da Luz | 4098 | 3% | 6% | 01/02/09 | 0395/09 |

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 626, de 26/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

| Matr | Nome do Servidor | Ode dias | Início em | Proc. nº |
|------|------------------------|----------|-----------|----------|
| 0730 | Cléia Maria Braganholo | 30 | 12/03/09 | 0479/09 |
| 1642 | João Joaquim Oliveira | 20 | 16/03/09 | 0478/09 |

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 001/09

Modifica o inciso IV do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O inciso IV do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 173 (...)

(...)

IV - Concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais estaduais, municipais e privadas, em especial à Associação Catarinense de Letras, à Academia Catarinense de Letras e Artes e ao Instituto Geográfico de Santa Catarina."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/09

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Elizeu de Mattos

Deputado Cesar Souza Junior

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Professor Sergio Grandó

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Jailson Lima

Deputado Aderbal Deba Cabral

Deputado Jailson Lima

Deputado Valmir Comin

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Gelson Merísio

Deputado Genésio Goulart

Deputado Dagomar Carneiro

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Manoel Mota

Deputado Reno Caramori

JUSTIFICATIVA

A proposta de Emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina que ora propomos tem o condão de alterar a redação do inciso IV do art. 173, inserindo a previsão de apoio administrativo, técnico e financeiro também às entidades culturais estaduais, além das municipais e privadas já previstas, bem como inserir entre as entidades elencadas a Academia Catarinense de Letras e Artes.

Com especial ênfase, apresenta-se a necessidade da

alteração proposta em face de que, sem qualquer justificativa passível de assimilação, o dispositivo não menciona a possibilidade de apoio às entidades culturais estaduais, cujo parâmetro, até em face de se tratar de ação da esfera do Poder concedente, o incentivo pode e deve ser também ofertado nesse parâmetro.

Ressalta-se a importância do dispositivo em comento para o incremento e difusão das entidades culturais, que têm relevante destaque à sociedade catarinense; portanto, verificamos que não se deva ultrapassar a amplitude de sua intenção, permitindo a estruturação de entidades de forma mais genérica e justa.

Demais disso, a previsão de destaque da Academia Catarinense de Letras e Artes apresenta-se em razão de que esta tem semelhantes condições daquelas já mencionadas pelo inciso em tela, em atividades e representatividade, sendo reconhecida como de utilidade pública pela Lei nº 14.310, de 11 de janeiro de 2008. Ainda, apresentamos como registro meritório todos os elementos dispostos no trabalho em anexo, o qual encampamos integralmente na justificativa. Contudo, a entidade congrega, além de escritores, músicos, artistas plásticos e profissionais das artes cênicas, os quais não têm uma associação no nível acadêmico que os represente no Estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, em sintonia com a aspiração que se instalou e por se tratar de medida de justiça a outras entidades que efetivamente ajudam no desenvolvimento do setor cultural do Estado de Santa Catarina e da sociedade catarinense, apresentamos a presente proposição.

Pelo exposto, e em considerando que a matéria não representa qualquer reflexo pecuniário nos dispêndios do Estado, conclamamos o apoio dos nobres Pares para o seu acolhimento.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 077/09

Declara de utilidade pública a Fundação Túlia Matos de Souza, com sede no município de São Joaquim

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Túlia Matos de Souza, com sede no município de São Joaquim.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/09

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A Fundação Túlia Matos de Souza com sede na cidade de São Joaquim é uma entidade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, sem distinção de raça, sexo, credo e político.

Tem como objetivo prestar assistência às famílias carentes resgatando a dignidade e cidadania, na busca da qualidade de vida, nas áreas social, científica, educacional, filosófica, cultural, esportiva e religiosa.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual almejada por esta entidade a tornará apto a usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover os fins e objetivos propostos.

Considerando a relevância dos serviços prestados pela Fundação Túlia Matos de Souza à sociedade catarinense, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 078/09

Institui o Dia Estadual da Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o dia 24 do mês de julho o Dia Estadual da Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Todo mês de Julho a partir da presente data, terá a semana consagrada a agricultura familiar.

Art. 2º As comemorações alusivas ao Dia e a Semana da Agricultura Familiar, de que trata esta Lei, passam a integrar o calendário oficial do Estado.

Art. 3º As comemorações têm como objetivo:

I- fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão, comercialização, processamento e agroindustrialização;

II - incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III- viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV- criar espaços para os agricultores discutirem questões locais relacionadas ao tema e seu desenvolvimento.

Art. 4º O Poder Executivo, através da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC poderá promover atividades e eventos como palestras, cursos, seminários visando ampliar o acesso às ações de apoio à agricultura familiar aos produtores e produtoras do Estado, bem como a conscientização e divulgação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/09

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Discutir assuntos relacionados à agricultura familiar e ampliar o acesso às ações de apoio à agricultura familiar aos produtores e produtoras do nosso Estado, é de fundamental importância para o fortalecimento da Agricultura Familiar.

Instituir o dia da Agricultura Familiar é reconhecer e valorizar estes agricultores que através da agricultura familiar vem contribuindo para o desenvolvimento do nosso país.

A escolha do dia 24 de julho é uma referência a data da sanção da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Foi através desta importante lei que se iniciou no Brasil a discussão e a preocupação com os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar.

Sabe-se que a agricultura familiar é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerencia, trabalho e capital é controlado pela família.

Muitos produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção, segundo dados da EMBRAPA.

Em geral, os agricultores diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

Assim, nada mais justo do que a exemplo de outras categorias, que têm suas datas comemorativas, criarmos o "Dia Estadual da Agricultura Familiar", por considerarmos que estes trabalhadores também merecem especial deferência.

Há que se considerar o relevante papel desempenhado por todos os agricultores familiares constituídos de pequenas e médias propriedades, que hoje é a imensa maioria dos estabelecimentos rurais no Brasil.

Para possibilitar esse incremento na renda, é necessário que os agricultores que trabalham sob regime de economia familiar tenham acesso a mais tecnologia, com modernização de seus sistemas gerenciais e organizativos.

Temos, pois, que manifestar o nosso agradecimento a esses homens e mulheres, que fazem a agricultura familiar, prestando-lhes esta homenagem na forma da criação do seu dia.

Diante do exposto, e tendo em vista necessidade do fortalecimento da agricultura familiar no Estado, nada mais justo do que prestar uma homenagem àqueles que têm a incumbência de promover a elevação do nível de renda da população rural.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 079/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 906

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei que "Altera dispositivos da Lei nº 13.721, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito no Estado de Santa Catarina".

Florianópolis, 19 de março de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 3452.5/GABS/SSP Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência, a Minuta de alteração da Lei Estadual nº 13.721, de 16 de março de 2006, que delega serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências, para posterior encaminhamento à Casa Legislativa competente.

A referida norma legal não contemplou no artigo 1º a hipótese do Poder Executivo delegar o serviço público de remoção e depósito de veículos automotores apreendidos e recolhidos a qualquer título e, por essa razão, o serviço não poderá ser delegado ao particular nos moldes previstos pelos artigos 22, inciso VII e 269, inciso II, ambos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, sem que haja a mudança ora proposta.

Atualmente, os pátios destinados a esse fim são mantidos com serviços de policiais militares e policiais civis. Contudo, a situação das instalações e a fiscalização são precárias, motivo pelo qual esta SSP/SC almeja a realização de procedimento licitatório para delegação do serviço à rede privada. Não obstante, inexistem pátios no Estado de Santa Catarina suficientes para suprir a demanda e muitos Municípios não são abrangidos pelo serviço, o que torna imprescindível a regulamentação da matéria.

Na prática, verifica-se que o uso do pátio, a título exemplificativo, destina-se aos casos em que os veículos automotores são apreendidos/retidos em decorrência da existência de restrição furto/roubo, restrição judicial com busca e apreensão, com certificado de licenciamento atrasado, em desconformidade com o CTB e/ou com as demais normas de trânsito.

Isso posto, a proposta ora apresentada coaduna com as reais necessidades do Estado, principalmente com as atividades desenvolvidas pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, e possibilitará a regulamentação da atividade e a consequente prestação de um serviço público eficiente.

Ante o exposto, pelos motivos acima expostos, submeto o pedido à análise de Vossa Excelência, convicto de sua viabilidade legal, com posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado.

Respeitosamente.

Ronaldo José Benedet

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

PROJETO DE LEI Nº 079/09

Altera dispositivos da Lei nº 13.721, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito no Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006, passa a vigorar acrescido dos incisos VI e VII, com alteração no § 1º e acrescido do § 5º, com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

I -

II -

III -

IV -

V -

VI - remoção de veículos automotores apreendidos ou retidos a qualquer título; e

18000 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

18023 SC-PARCEIRIAS S/A

VII - depósito de veículos automotores recolhidos a qualquer título.

§ 1º Os serviços previstos nos incisos I, II, III, IV, VI e VII deste artigo serão delegados sob o regime de permissão ou de concessão, formalizados mediante contrato, nos termos do art. 137, § 2º, da Constituição Estadual. (NR)

§ 5º Os serviços previstos nos incisos VI e VII deste artigo serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 080/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 008

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor da SC-Parcerias S/A".

Florianópolis, 19 de março de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/09

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 034/2009

Florianópolis, 03 de Março de 2009.

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para abertura de crédito especial em favor da SC-Parcerias S/A, no montante de R\$ 132.500.000,00 (cento e trinta e dois milhões e quinhentos mil reais).

3. A abertura de crédito especial, torna-se necessária para atender despesas com a Implantação de Nova Penitenciária, Ampliação do Centro Administrativo, Implantação de Saneamento da Lagoa da Conceição, Logística de Transporte Aeroviário, Implantação da rodovia 280, Implantação da Rodovia Interpraias e Implantação do Acesso Rodoviário em Criciúmana SC-Parcerias S/A.

4. Para efetuar a alteração pretendida serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do orçamento da SC - Parcerias S/A, no corrente exercício.

5. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

PROJETO DE LEI Nº 080/09

Autoriza a abertura de crédito especial em favor da SC-Parcerias S/A.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 132.500.000,00 (cento e trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), por conta do excesso de arrecadação do orçamento da SC-Parcerias S/A no corrente exercício, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

R\$ 1,00

| DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES | | | | | | |
|--|-----------------------|-----|--|----------------|-------|---------------|
| FUNCIONAL | PROGRAMA/AÇÃO/SUBAÇÃO | ESF | GRUPO DE DESPESA | MOD | VALOR | |
| 06.421 | 0710 | | MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA | | | |
| | 0710.0855 | | Implantação de Penitenciária | | | |
| | 0710.0855.010054 | I | Implantação de Nova Penitenciária - SC Parcerias | 4 INVESTIMENTO | 90 | 10.000.000,00 |
| 04.122 | 0900 | | GESTÃO ADMINISTRATIVA - PODER EXECUTIVO | | | |
| | 0900.0856 | | Ampliação do Centro Administrativo | | | |
| | 0900.0856.010055 | I | Ampliação do Centro Administrativo - SC Parcerias | 4 INVESTIMENTO | 90 | 15.000.000,00 |
| 17.512 | 0360 | | ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO | | | |
| | 0360.0854 | | Implantação de Saneamento | | | |
| | 0360.0854.010056 | I | Implantação de Saneamento da Lagoa da Conceição - SC Parcerias | 4 INVESTIMENTO | 90 | 41.500.000,00 |
| 26.451 | 0120 | | INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA | | | |
| | 0120.0857 | | Logística de Transporte Aeroviário | | | |
| | 0120.0857.010057 | I | Logística de Transporte Aeroviário - SC Parcerias | 4 INVESTIMENTO | 90 | 5.000.000,00 |
| 26.782 | 0120 | | INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA | | | |
| | 0120.0853 | | Implantação de Rodovia | | | |
| | 0120.0853.010051 | I | Implantação da Rodovia 280 - SC Parcerias | 4 INVESTIMENTO | 90 | 5.000.000,00 |
| | 0120.0853.010052 | I | Implantação da Rodovia Interpraias - SC Parcerias | 4 INVESTIMENTO | 90 | 6.000.000,00 |
| | 0120.0853.010053 | I | Implantação do Acesso Rodoviário em Criciúma - SC Parcerias | 4 INVESTIMENTO | 90 | 50.000.000,00 |

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 081/09

Denomina Jorge Zanatta trecho da Rodovia Estadual integrante do Anel de Contorno Viário de Criciúma.

Art. 1º Fica denominado Jorge Zanatta o trecho da Rodovia Estadual, integrante do Anel de Contorno Viário de Criciúma, Seguimento 5, que liga a Rodovia SC- 443 à Rodovia Primeira Linha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Herneus de Nadal
Lider do Governo

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/09

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo homenagear o empresário Jorge Zanatta, que com sua visão de negócios, empreendedorismo e tenacidade, construiu inúmeras empresas, gerando empregos e renda, que contribuíram sobremaneira com a economia catarinense.

Além de grande homem de negócios, Jorge Zanatta foi uma pessoa de personalidade marcante que conquistou amigos e admiradores em todos os lugares por onde passou, deixando um legado de grandes realizações, o qual se quer com esta justa homenagem eternizar.

Deste modo, apresentamos a presente proposta e esperamos contar com a aquiescência e o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,
*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 082/09

Acrescenta alínea "g", ao inciso III, do § 1º, do art. 37, da Lei nº 10.297 de 26 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências".

Art. 1º. O § 1º, inciso III, do artigo 37, da Lei nº 10.297, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido da alínea "g", com o seguinte teor:

"Art. 37. Fica responsável pelo recolhimento do imposto devido, na condição de substituto tributário:

I - o destinatário da mercadoria ou usuário de serviço, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, amparadas por diferimento, nos casos previstos em regulamento;

.....
§ 1º. Na hipótese prevista no inciso I:

.....
III - fica diferido o imposto nos seguintes casos:

.....
"g) saída de produto agropecuário em estado natural, quando destinado à comercialização, industrialização ou atividade agropecuária, de estabelecimento agropecuário para estabelecimento situado neste Estado."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Rogério Mendonça
Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 25/03/09

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de alteração da Lei Estadual nº 10.297/1996, que visa diferir para a etapa posterior o pagamento do imposto devido nas operações com produto agropecuário em estado natural, salvo quanto às operações em que o diferimento reja-se por dispositivo próprio, hipótese em que a responsabilidade pelo referido pagamento fica transferida ao destinatário da mercadoria.

O texto deste projeto de Lei já consta no Decreto nº 2.870/2001, Regulamento de ICMS de Santa Catarina, expresso no art. 4º, inciso I, do Anexo 3, do RICMS/SC, in verbis:

"Art. 4º. O imposto fica diferido para a etapa seguinte de circulação na saída, de estabelecimento agropecuário, das seguintes mercadorias, quando destinadas à comercialização, industrialização ou atividade agropecuária:

I - produto agropecuário em estado natural, salvo quanto às operações em que o diferimento reja-se por dispositivo próprio;

II - carvão vegetal, lenha e madeiras em toras, extraídos de florestas cultivadas, inclusive quando destinados à utilização como combustível em processo industrial, desde que, além do documento fiscal próprio, a operação esteja acobertada por Guia Florestal;

III - gado bovino ou bufalino:

a) com destino a estabelecimento abatedor;

b) com idade igual ou inferior a vinte e quatro meses, vacas de leite, vacas magras e vacas com cria ao pé, com destino a outro estabelecimento pecuarista;

c) com destino a outro estabelecimento do mesmo titular, localizado no mesmo município ou em município adjacente, exceto quando se tratar de operações com gado pronto para o abate;

IV - gado ovino com destino a estabelecimento abatedor ou em operação entre produtores;

V - gado equino em operação entre produtores."

Contudo, a alteração proposta garantirá uma maior segurança às operações dos produtores rurais.

Nesse contexto, a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS devido na venda de produtos agropecuários em estado natural, é da empresa que consta destinatária na nota fiscal, em face das normas concernentes ao diferimento do imposto. Estes recolhimentos se

concretizam por meio da empresa destinatária quando do vencimento do ICMS apurado.

De outro bordo, em face da precariedade redacional ora atribuída, tem ocorrido a exigência fiscal de forma diversa daquela prevista pelo legislador, concluindo em se exigir, pelo fisco, imposto duas vezes sobre o mesmo fato gerador, o que se constitui "bis in idem", condição esta que ainda viola flagrantemente o princípio da não cumulatividade.

Nesse diapasão, é impropriedade a exigência do fisco, em casos, na forma atualmente posta, eis que o imposto que se pretende exigir pela leitura discrepante do dispositivo do RICMS/SC em tela, já se encontra recolhido aos cofres públicos do Estado pelos frigoríficos, não existindo, assim, qualquer prejuízo ao fisco ou ferimento à disposição legal, ou à vontade do legislador.

Assim, por entendermos que a oportunidade de aperfeiçoamento redacional à espécie, certamente emergirá no efetivo atendimento da vontade do legislador ao estabelecer o diferimento na espécie em comento, bem como obstaculizará imensuráveis contratempos que a classe tem sofrido em face das interpretações que profissionais da fiscalização estadual estão imprimindo à matéria, o que tem trazido imensa intranquilidade ao setor e, inclusive, tem resultado em vários entraves à continuidade da produção, por intranquilidade e gastos em face de atuações não consentâneas com o entendimento legal cabível ao objeto em questão.

Então, a proposta em comento tem o simples condão de aperfeiçoar a redação da matéria, não trazendo na prática qualquer reflexo jurídico na relação tributária mencionada.

Portanto, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 083/09

Declara de utilidade pública a Associação de Aquicultores do Meio Oeste Catarinense - AQUIMOC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Aquicultores do Meio Oeste Catarinense - AQUIMOC, com sede no município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sobe pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividade;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/09

JUSTIFICATIVA

A entidade tem prestado relevantes serviços nas áreas da aquicultura e organização comunitária na comunidade joaçabense e região, integrando um grande número de famílias as suas atividades. Suas atividades têm como objetivo o desenvolvimento social e econômico de seus associados e a comunidade em geral.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, nas atividades da referida entidade, que por não ter fins econômicos, necessita do amparo e da contrapartida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/09

GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 905

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o

projeto de lei complementar que "Dispõe sobre a ampliação da licença gestação para a servidora efetiva e da licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências".

Florianópolis, 19 de março de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 06/2009

Florianópolis, 22 de janeiro de 2009

Senhor Governador,

Submete-se à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a licença para repouso, licença adoção, licença parental e dá outras providências".

Em 09 de setembro de 2008 foi sancionado pelo Presidente da República a Lei nº 11.770, que criou o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal à empresa que aderir ao programa. Trata-se de medida facultativa que pode ser estendida aos servidores da Administração Pública de todos os entes da Federação.

Muitos Estados, como Bahia, Paraná, Rio Grande do Norte, e diversos município já vêm promovendo a adequação de suas normas para atender ao disposto na lei federal. Em Santa Catarina, o município de Florianópolis já adotou a licença gestante de 180 dias.

O art. 1º do projeto de Lei Complementar, de que trata esta Exposição de Motivos, amplia o período da licença para repouso concedido à servidora efetiva gestante para 180 (cento e oitenta) dias consecutivos a partir da data do parto, visando garantir a saúde da mulher, que se recupera física e psicologicamente das mudanças hormonais provocadas durante gestação, e o desenvolvimento adequado do bebê.

Com efeito, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, o cérebro humano cresce com velocidade máxima durante os três últimos meses de gestação e nos seis primeiros de vida extra-uterina. Se não cumprir as metas desse período, não se desenvolverá normalmente. Para crescer no ritmo apropriado, requer nutrientes e estímulos. Os primeiros abundam no leite materno. Os estímulos vêm com a mãe. Além disso, o projeto é um grande incentivo ao aleitamento materno, já que durante os seis meses de vida o bebê deve se alimentar exclusivamente com o leite materno para prevenção de doenças e garantia de mais saúde para a criança, segundo a médica especialista em reprodução humana Denise Coimbra, em entrevista ao Diário Catarinense.

O projeto amplia, ainda, o período de licença paternidade para servidor efetivo de oito (08) para quinze (15) dias, com o intuito de assegurar uma maior participação do pai nesse período, possibilitando o desenvolvimento do vínculo afetivo e a distribuição de responsabilidades com a mãe.

Cabe lembrar que na sociedade moderna as famílias estão territorialmente mais distantes, sendo necessário que o pai assuma responsabilidades que antes eram destinadas à mãe e sogra da gestante.

Tendo em vista a evolução ocorrida nas relações sociais e o reconhecimento do Poder Judiciário nas questões de guarda e adoção por pessoas que mantêm relação homoafetiva, busca-se assegurar os mesmos direitos e benefícios aos servidores efetivos que, nestas condições, adotarem criança com até seis (06) anos de idade. Neste caso, assegura-se o direito à licença de cento e oitenta (180) dias para o servidor efetivo detentor da guarda da criança, ou de quinze (15) dias para o servidor companheiro do adotante.

Se os seis (06) primeiros meses da criança no novo lar envolvem inúmeros fatores que possibilitarão, ou não, a sua adaptação com as pessoas envolvidas, nada mais justo que reconhecer àquele que adotar as prerrogativas previstas à servidora gestante, uma vez que o mesmo possui um papel social fundamental para o Estado na formação de um novo cidadão.

Conceder licença adoção para os servidores efetivos que mantêm relação homoafetiva é uma forma de estabelecer política social, já que como se constata pelos meios de comunicação, normalmente estes procuram adotar crianças que tenham mais de um ano, que normalmente não estão dentro do perfil traçado pelas famílias tradicionais que optam pela adoção.

Informa-se, por oportuno, conforme relatórios obtidos pelo Sistema Informatizado de Recursos Humanos que no exercício de 2007 foram concedidos mil e cinquenta e um (1.051) licenças para repouso à gestante, sendo que deste total setecentos e vinte e cinco (725) servidores são ocupantes de cargo de provimento efetivo; vinte e oito (28) afastamentos por adoção, sendo que deste total encontramos no quadro do Magistério vinte e quatro (24) servidoras adotantes; e duzentos e sessenta e dois (262) servidores que usufruíram licença paternidade, sendo treze (13) do quadro do Magistério.

Haverá repercussão financeira com referência as servidoras integrantes do quadro do magistério, em que será necessário efetuar a substituição por meio da contratação de professor admitido em caráter

temporário. Em 2007, com a concessão de 120 dias de afastamentos às servidoras efetivas, a despesa média do erário referente a 527 contratações efetuadas foi de aproximadamente R\$ 2.031.859,00 (dois milhões, trinta e um mil e oitocentos e cinquenta e nove reais), se fosse alterado o período de afastamento para 180 dias a despesa teria sido de R\$ 3.047.788,50 (três milhões quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), aumentando a mesma em R\$ 1.015.959,50 (Um milhão quinze mil e novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

Com a concessão de cento e vinte (120) dias de afastamentos por adoção às servidoras efetivas, a despesa média ao erário referente às 24 contratações efetuadas foi de aproximadamente R\$ 92.532,48 (noventa e dois mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos). Alterando o período de afastamento para cento e oitenta (180) dias, a despesa do exercício de 2007 teria sido em média R\$ 138.798,72 (cento e trinta e oito mil setecentos noventa e oito reais e setenta e dois centavos), aumentando a despesa em R\$ 46.266,24 (quarenta e seis mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Dos duzentos e sessenta e dois (262) servidores que usufruíram licença paternidade em 2007, treze (13) são do quadro do Magistério Estadual. Com a alteração de oito (08) para quinze (15) dias de concessão de licença, o erário terá em média a despesa aumentada em R\$ 2.922,92 (dois mil novecentos e vinte e dois reais e noventa e dois centavos).

Portanto, o impacto financeiro total do projeto será em **média anual de R\$ 1.065.118,66 (um milhão sessenta e cinco mil e cento e dezoito reais e sessenta e seis centavos).**

Diante do exposto, apresenta-se o presente projeto de Lei Complementar, recomendando sua aprovação.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/09

Dispõe sobre a ampliação da licença gestação para a servidora efetiva e da licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º À servidora efetiva gestante é assegurada licença para repouso pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir da data de nascimento da criança, mediante apresentação da certidão de nascimento.

§ 1º A licença poderá ser concedida a partir de 28 (vinte e oito) dias anteriores à data do parto, mediante perícia médica, podendo ocorrer, no caso de parto antecipado, a partir da 23ª (vigésima terceira) semana de gestação.

§ 2º No caso de natimorto ou aborto, será devida licença para tratar de saúde mediante perícia médica.

§ 3º A critério da perícia médica, é assegurado à gestante licença para tratar de saúde antes do parto.

§ 4º É assegurado à gestante o direito a readaptação em função compatível com seu estado físico, a partir do 5º (quinto) mês de gestação, a critério do órgão médico oficial, sem prejuízo da licença de que trata o § 3º deste artigo.

§ 5º A licença para repouso à gestante será suspensa quando da ocorrência do falecimento da criança nos 60 (sessenta) dias anteriores ao seu término.

§ 6º À gestante que possuir dois vínculos funcionais com o Estado aplica-se ao vínculo regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas as regras do Regime Geral de Previdência Social estabelecidas pelo ente federal.

§ 7º A licença para tratamento de saúde será suspensa quando da concessão de licença para repouso à gestante.

§ 8º Estando à gestante usufruindo férias ou licença-prêmio quando da ocorrência do parto, a mesma será interrompida, e o período restante deverá ter o usufruto iniciado no mesmo exercício de término da licença para repouso.

§ 9º Ocorrendo o parto sem que a gestante tenha usufruído as férias do exercício, as mesmas deverão iniciar no dia subsequente ao término da licença.

§ 10. Nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do usufruto da licença, a gestante não poderá exercer atividade remunerada e a criança não poderá estar matriculada em creche ou organização similar, sob pena de perda do direito de usufruto do período restante e restituição da remuneração do período de ocorrência dos fatos aos cofres públicos, após devidamente comprovado em processo administrativo disciplinar.

§ 11. A gestante poderá renunciar ao usufruto dos 60 (sessenta) dias anteriores ao término da licença, devendo apresentar em até 30 (trinta) dias anteriores de seu início, renúncia parcial de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias, não se aplicando o disposto no § 10 deste artigo.

§ 12. À gestante ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão, exonerada ou dispensada a qualquer tempo, será devida indenização em pecúnia, correspondente ao período de desligamento até cinco meses posteriores ao parto.

§ 13. É assegurado o usufruto proporcional da licença quando entre a ocorrência de parto e o início de exercício no serviço público mediar tempo inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º À lactante é assegurado, sem qualquer prejuízo, o direito de ausentar-se do serviço por até 02 (duas) horas diárias ou da escala de trabalho para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o filho completar 06 (seis) meses de idade.

§ 1º Para carga horária inferior ao disposto no *caput* deste artigo aplicar-se-á a proporcionalidade.

§ 2º A concessão do benefício está condicionada à solicitação pela lactante acompanhada da certidão de nascimento da criança.

§ 3º O horário de lactação ficará a critério da requerente, podendo ser desdobrado em frações quando a lactante estiver sujeita a dois turnos ou períodos de trabalho.

Art. 3º O servidor poderá faltar ao serviço por até 8 (oito) dias consecutivos por motivo de:

- I - casamento;
- II - nascimento do filho;
- III - falecimento do cônjuge ou companheiro e parente de até segundo grau; e
- IV - adoção ou consecução de guarda para fins de adoção de criança de até seis anos incompletos.

Parágrafo único. O servidor efetivo, quando do nascimento de seu filho, poderá faltar ao serviço por até 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 4º É assegurado ao servidor efetivo licença de 180 (cento e oitenta) dias em caso de adoção de criança de até seis anos incompletos, ou quando obtiver judicialmente a sua adoção ou guarda para fins de adoção.

§ 1º Em caso de adoção por cônjuge ou companheiro, ambos servidores públicos efetivos, a licença de que trata o *caput* deste artigo será concedida da seguinte forma:

- I - 180 (cento e oitenta) dias ao servidor adotante que assim requerer; e
- II - 15 (quinze) dias ao servidor, cônjuge ou companheiro adotante que assim requerer.

§ 2º O servidor deverá requerer a licença de que trata o *caput* deste artigo à autoridade competente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da expedição, conforme o caso, do termo de adoção ou do termo de guarda para fins de adoção.

§ 3º O requerimento de que trata o § 2º deste artigo deverá estar instruído com as provas necessárias à verificação dos requisitos para a concessão da licença.

§ 4º A não-observância do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo implicará em indeferimento do pedido de licença.

Art. 5º Ao servidor efetivo é assegurada licença-paternidade nos termos do art. 4º, por todo o período da licença-maternidade ou pela parte restante que dela caberia à mãe em caso de falecimento da mesma ou abandono do lar, seguida de guarda exclusiva da criança pelo pai, mediante provas ou declaração firmada por autoridade judicial competente.

Art. 6º Nos concursos de remoção de servidores, inclusive naqueles organizados em carreira e regidos por legislação própria, será observada a seguinte ordem de preferência:

- I - estiver doente, para a localidade em que deve se tratar, ou próxima a esta;
- II - tiver cônjuge ou filho doente, para a localidade onde o tratamento deva ser feito, ou próxima a esta;
- III - casar com outro servidor público estadual após ingresso no serviço público estadual, para a localidade onde reside o cônjuge; e
- IV - tiver maior tempo de efetivo exercício na carreira e, em caso de empate, que obtve melhor classificação no concurso de ingresso.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogados os arts. 28, 29 e 70 e 71, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, os arts. 122, 123 e 154, da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, os arts. 113, 209 e 210, da Lei nº 6.844, de 28 de julho de 1986 e a Lei nº 10.193, de 24 de julho de 1996.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 907

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, o projeto de lei complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual".

Florianópolis, 19 de março de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 24/03/09

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 019/09
Florianópolis,

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei Complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual".

A coordenação e a articulação das ações do governo do Estado é de competência exclusiva da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, neste contexto, proponho a Vossa Excelência a colocação sob a sua égide das ações intrínsecas e inerentes à descentralização e às Secretarias Regionais.

Como já comprovado, no decorrer dos anos após sua implantação, a descentralização configura-se como instrumento democrático, eficiente e eficaz, que melhor atende ao cidadão, proporcionando a redução de custos, a modernização e a agilidade na atuação dos órgãos da estrutura governamental, por fomentar a tomada de decisões pelos que possuem real conhecimento dos problemas comunitários e dos cidadãos, tornando efetiva a participação da sociedade nas ações de governo.

A descentralização proporciona, também, a transferência da responsabilidade pela execução de algumas ações para a esfera municipal, com a correspondente transferência de recursos financeiros, com o objetivo de reduzir os custos e otimizar a aplicação da arrecadação.

Buscando a efetiva presença do governo em todo o território catarinense, a descentralização tem promovido a redução das discrepâncias entre as diferentes regiões e adotado ações com objetivos locais específicos, definidas em função das peculiaridades de cada região.

Todas as ações de governo, em especial as direcionadas à descentralização e à condução das Secretarias Regionais, por certo melhor se enquadram na Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, por ser a ela inerente o desempenho de atribuições relacionadas com a coordenação e integração das ações de governo.

Também lhe é inerente o assessoramento e a assistência direta ao Chefe do Poder Executivo, bem como a avaliação e monitoramento da ação governamental e dos Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual em especial das metas e programas prioritários assim definidos pelo Governador do Estado.

A aquiescência de Vossa Excelência a este pleito será extremamente benéfica aos trabalhos de articulação e coordenação desenvolvidos por esta Pasta, que tem por meta principal realizar o projeto político idealizado pelo governo estabelecido para o Estado catarinense.

Estes são os motivos justificadores e que legitimam o projeto de lei complementar anexo, o qual submeto à apreciação de Vossa Excelência, que, se o considerar oportuno e conveniente ao Estado, o submeta à deliberação da Assembleia Legislativa.

Respeitosamente,

DEPUTADO VALDIR VITAL COBALCHINI

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/09

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso III do art. 46 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio 2007, passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas:

"Art. 46.....

I -

II -

III - orientar e coordenar:

a)

b)

c)

d)

as ações de organização, reorganização, modernização, descentralização e desconcentração no âmbito da Administração Pública Estadual, articuladamente com os respectivos órgãos centrais sistêmicos;

e) o processo de descentralização, desconcentração e regionalização administrativas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, de forma articulada com os respectivos órgãos centrais sistêmicos e as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

f) o planejamento, a regulamentação, a normatização, o monitoramento e a avaliação da implementação e execução dos contratos de gestão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

g) a consolidação do processo de planejamento descentralizado, apoiando técnica e operacionalmente as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; e

h) as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional na execução e implementação dos programas, projetos e ações descentralizadas e desconcentradas, articuladamente com os respectivos órgãos centrais sistêmicos.

..... "

Art. 2º Os Anexos V-B e VII-A da Lei Complementar nº 381, de 2007, passam a vigorar em conformidade com o disposto no Anexo I e II desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os incisos IV, V, VI, IX e XXI do art. 56 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

ANEXO I

"ANEXO V-B

SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

(Lei Complementar nº 381, de 2007)

| ÓRGÃO | Quantidade | Código | Nível |
|--|------------|---------|-------|
| DENOMINAÇÃO DO CARGO | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO | | | |
| Assistente do Secretário | 3 | DGS/FTG | 2 |
| Assessor de Comunicação | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Executivo de Articulação Política | 2 | DGS/FTG | 1 |
| Consultor Jurídico | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Assistente Jurídico | 2 | DGS/FTG | 2 |
| Consultor Técnico | 15 | DGI | 1 |
| GABINETE DO DIRETOR GERAL | | | |
| Diretor Geral | 1 | | |
| Assistente do Diretor Geral | 1 | DGS | 2 |
| Diretor Administrativo e Financeiro | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Gerente de Planejamento e Avaliação | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Recursos Humanos | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Apoio Operacional | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Tecnologia da Informação | 1 | DGS/FTG | 2 |

| | | | |
|---|---|---------|---|
| DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS | | | |
| Diretor de Assuntos Legislativos | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Assistente Técnico Legislativo | 3 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Mensagens e Atos Legislativos | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Acompanhamento de Pedidos de Informações | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Decretos e Atos Administrativos | 1 | DGS/FTG | 2 |
| DIRETORIA DE GESTÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO | | | |
| Diretor de Gestão da Descentralização | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Gerente de Modernização Organizacional e Contrato de Gestão | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Acompanhamento da Descentralização | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Desenvolvimento Regional | 1 | DGS/FTG | 2 |
| SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO ESTADUAL | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO | | | |
| Consultor Geral | 1 | | |
| Assistente do Secretário Executivo | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Executivo de Articulação Política | 4 | DGS/FTG | 1 |
| Assistente Técnico | 4 | DGS/FTG | 3 |
| Consultor Técnico | 2 | DGI | 1 |
| SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO | | | |
| Consultor Geral | 1 | | |
| Assistente do Secretário Executivo | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Assessor de Comunicação | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Logística | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Executivo de Articulação Política | 2 | DGS/FTG | 1 |
| Gerente de Apoio aos Municípios | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Projetos Nacionais | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Consultor Técnico | 3 | DGI | 1 |

ANEXO II

"ANEXO VII-A

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
(Lei Complementar nº 381, de 2007)

| ÓRGÃO DENOMINAÇÃO DO CARGO | Quantidade | Código | Nível |
|--|------------|---------|-------|
| GABINETE DO SECRETÁRIO | | | |
| Assistente do Secretário | 2 | DGS/FTG | 1 |
| Consultor Jurídico | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Assessor de Comunicação | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Coordenador de Projetos Especiais | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Consultor Técnico | 2 | DGI | 1 |
| GABINETE DO DIRETOR GERAL | | | |
| Diretor Geral | 1 | | |
| Assistente do Diretor Geral | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Recursos Humanos | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade | 1 | DGS/FTG | 2 |
| DIRETORIA DE ORÇAMENTO | | | |
| Diretor de Orçamento | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Gerente de Elaboração do Orçamento | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Execução Orçamentária | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Acompanhamento do Orçamento | 1 | DGS/FTG | 2 |
| DIRETORIA DE PLANEJAMENTO | | | |
| Diretor de Planejamento | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Gerente de Planejamento | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Gestão de Programas Prioritários | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Coordenação e Avaliação de Ações Governamentais | 1 | DGS/FTG | 2 |
| DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA | | | |
| Diretor de Estatística e Cartografia | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Gerente de Geografia e Cartografia | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Estatística | 1 | DGS/FTG | 2 |
| DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES | | | |
| Diretor de Desenvolvimento das Cidades | 1 | DGS/FTG | 1 |
| Gerente de Desenvolvimento Municipal | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Planejamento Urbano | 1 | DGS/FTG | 2 |
| Gerente de Apoio à Gestão das Cidades | 1 | DGS/FTG | 2 |

*** X X X ***